

Sai às quintas **ZAMBEZE** **ONDE A NAÇÃO SE REENCONTRA**

Comercial

Caros assinantes

A partir da próxima edição, e em respeito ao período de quarentena, o jornal Zambeze vai ser distribuído apenas em versão electrónica (zambeze.net e zambeze.info). Por este meio, apelamos aos nossos assinantes para que nos enviem os respectivos endereços electrónicos para que possam ter acesso ao Jornal.

Director: Ângelo Munguambe | Editor: Egídio Plácido | Maputo, 16 de Abril de 2020 | Ano XIV 1 n° 900

50,00MT

Bispo da Diocese de Pemba dispara



Cabo Delgado não parece Moçambique

Mexer chama atenção sobre Covid-19

Vamos ser sérios na prevenção



Enquanto os patrões de Nyusi não mpanham nada



Xiconhocas do povo mamam 4 milhões

Plano Económico e Social e do Orçamento do Estado 2020

Integração social do deputado custa mais de quatro milhões por “cabeça”



A Assembleia da República iniciou, esta quarta-feira, o debate sobre o Plano Económico e Social (PES) e do Orçamento do Estado (OE) para o ano 2020. A proposta apresentada pelo executivo moçambicano, para o funcionamento do Estado, prevê-se uma despesa total fixada em pouco mais de 345,3 mil milhões de meticais e a receita em 235,5 mil milhões de meticais.

O PES e o OE apresentam um défice de 109,7 mil milhões de meticais, que serão suprimidos com recurso a crédito e donativos. Entretanto, deste valor, mais de mil milhões vai directamente para os bolsos dos 250 deputados que na última legislatura estiveram na casa do povo e que alguns ainda estão lá, alegadamente para sua reintegração social.

Em termos individuais, significa que cada representante do povo, aquele que jurou defender os interesses do seu eleitorado, vai levar para casa 4.108.152,56 meticais. São deputados da Frelimo, Renamo e MDM, boa parte deles ainda está no Parlamento e outros a ocupar cargos governamentais, tal como é o caso da actual Ministra dos Negócios Estrangeiros, Verónica Macamo, que foi presidente da AR.

Em termos práticos, o valor que cada deputado vai ganhar

seria suficiente para comprar, pelo menos, 18 ventiladores, instrumento essencial para tratamento de doentes com Covid-19 em estado grave.

Projeções da economia Num ano fortemente influenciado pelo impacto negativo da Covid-19, as propostas PES e do OE projectam um Produto Interno Bruto (PIB) de 2,2%, após uma versão inicial aprovada pelo Conselho de Ministros apontando para 4,8%. A taxa de inflação anual prevista é de 6,6%.

O valor de exportações de bens deverá atingir 4,4 mil milhões de dólares e as reservas internacionais líquidas espera-se que ultrapassem 3,2 mil milhões de dólares, uma cifra suficiente para cobrir 5,8 meses de importações.

O entusiasmo em relação à dinâmica da economia moçambicana para 2020 arrefeceu, na semana passada, com o anúncio do adiamento da decisão final de investimento (FDI

na sigla inglesa) do consórcio da Exxon Mobil, no projecto de gás natural na bacia do Rovuma. O empreendimento está avaliado entre 20 a 25 mil milhões de dólares e é um dos maiores previstos para África.

Governo perde receita do Estado ultrapassa 358 - ME

O ministro da Economia e Finanças de Moçambique, Adriano Maleiane, diz que o país perdeu, “de imediato”, receitas no valor de 26,4 mil milhões de meticais, devido ao ajustamento orçamental provocado pela covid-19.

“De imediato, perdemos 26,4 mil milhões de meticais de receitas e precisamos de encontrar uma outra solução para esse prejuízo”, declarou Adriano Maleiane.

No caso de Moçambique, prosseguiu, o efeito do novo coronavírus vai atingir com maior severidade o sector da restauração e similares, que vai ficar em 0,0% de crescimento e indústria extractiva, com uma previsão de desempenho de apenas 1,5% contra uma projecção inicial de 4,0%.

Adriano Maleiane avançou que a agricultura também

será duramente atingida, mas não quantificou o impacto.

Apesar das restrições orçamentais impostas pelo novo coronavírus, o Governo mantém o compromisso de maior dotação de recursos para as áreas sociais, disse.

Nesse sentido, as propostas do PES e do OE prevêem a alocação de 20% à educação, 15% à saúde e 10% à agricultura.

O executivo vai igualmente periodizar as forças de defesa e segurança, sector de justiça e descentralização na distribuição do OE.

O debate do PES e do OE termina na quinta-feira, seguindo-se a votação, sendo que a Frelimo conta com maioria qualificada que deverá dar luz verde aos documentos. (Lusa/redacção)

Sentença de Inocência Mapisse do CIP

COVID-19: Histórico de má governação leva doadores a apoiar em espécie



A decisão de canalizar o apoio em espécie para Moçambique enfrentar a pandemia da Covid-19 está relacionada com o histórico de má governação e corrupção que o país carrega, diz a economista e pesquisadora Inocência Mapisse.

“A chegada da ajuda em forma de bens seria fácil de monitorar”, diz Mapisse, que é pesquisadora do Centro de Integridade Pública (CIP).

Ela sublinha que “pelo histórico que o país tem de corrupção e de má governação,” o apoio em espécie é uma das melhores formas, “porque através de recursos financeiros está provado que acabava gerando apetites.”

Mapisse recorda que Moçambique carrega um peso de desconfiança por parte de doadores na sequência do escândalo das dívidas ocultas, que “vão ser sempre uma variável incontornável na análise de qualquer situação de Moçambique.”

O Governo pediu aos doadores 700 milhões de dólares para travar o novo coronavírus, mas os doadores que trabalham com o ministério da saúde optaram por adquirir equipamentos e outros bens para ajudar na resposta.

O porta-voz do Governo, Filimão Suaze, considerou esta posição dos doadores de normal. “Os apoios venham eles em termos financeiro ou espécie, são todos eles apoios, e quando vierem em espécie certamente que virão dentro do plano que tem sido tratado pelo Governo”, disse Suaze.

Covid-19: Moçambicanos relatam violência policial e confinamento obrigatório na África do Sul



O número de casos de Covid-19 continua a aumentar na África do Sul e o confinamento obrigatório foi prolongado por mais duas semanas. Moçambicanos relatam aumento da violência durante as últimas semanas de pandemia.

Relatos de uso excessivo da força pela polícia sul-africana para garantir o confinamento obrigatório no país multiplicam-se nos últimos dias. Cidadãos usam as redes sociais para denunciarem o que consideram casos de abuso de autoridade em

meio à pandemia de Covid-19. “Aguardávamos impacientemente pela abertura do supermercado. Éramos muitos e, por estarmos ansiosos e com fome, não obedecemos a distância de um metro. Então, a polícia começou a disparar balas de borracha. Nas ruas, quando saímos por causa das diversas necessida-

des que enfrentamos, somos obrigados a correr por medo de sermos mandados parar por militares”, relata Amélia Matusse, moçambicana radicada na África do Sul.

O confinamento está também a dificultar a vida de Elton Dovo, comerciante moçambicano de viaturas. Está neste momento encurralado em Joanesburgo, à espera do levantamento das interdições para levantar as suas viaturas importadas do Japão.

“Está tudo muito difícil para nós que atravessamos fronteiras quase todos os dias para levar os carros comprados em Durban para Moçambique. Tudo está parado e perdi conta quantas viaturas tenho dentro do parque fechado. A minha vida está parada. E assim é difícil”, lamenta.

A Cadeia de Máxima Segurança da província de East London é o novo epi-

centro de contágio, com 76 casos positivos. Entretanto, a despistagem do novo coronavírus poderá tornar-se mais difícil nos próximos dias, com a entrada da época fria, que traz consigo a gripe.

Coronavírus na África do Sul

As autoridades sul-africanas apontam para uma redução nos casos importados do novo coronavírus e um aumento de infecções locais. Esta terça-feira (14.04), a África do Sul regista 2.415 mil infectados e 27 vítimas mortais da Covid-19.

O Governo de Pretória garante que, com a extensão do confinamento obrigatório, ficou adiado para Setembro o pior cenário de contaminação pela Covid-19, anteriormente previsto para Julho.

Mas as consequências das medidas extraordinárias já se fazem sentir na vida da popula-

ção. Especialistas prevêem que a economia sul-africana pode vir a sofrer uma queda de 10 por cento e cerca de um milhão de pessoas poderão perder os seus postos de trabalho em resultado do confinamento obrigatório.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) antecipa que a África subsaariana enfrente a primeira recessão dos últimos 25 anos, vendo o Produto Interno Bruto (PIB) cair 1,6% este ano devido à pandemia provocada pelo novo coronavírus.

“O crescimento na Nigéria e na África do Sul deve ser de -3,4% e 5,8%, respectivamente”, lê-se no documento, que acrescenta que “no seguimento do dramático declínio nos preços do petróleo desde o início do ano, as perspectivas de curto prazo para os países degradaram-se significativamente, com a média da queda dos países exportadores de petróleo a cifrar-se nos 4,4%”. (Lusa)

Covid-19: Moçambique tem mais tempo de preparação

- Djamila Cabral da OMS

Moçambique é um dos países que está a ter mais tempo de preparação para enfrentar o provável aumento local de casos da doença respiratória Covid-19, disse a representante da Organização Mundial de Saúde (OMS) no país.

“**T**emos de ver isso pelo lado positivo: fazemos parte dos países que tiveram a chance de ter um tempo para se preparar e aproveitar [esse tempo] da melhor maneira possível”, referiu a guineense Djamila Cabral, em entrevista à Lusa.

“Para mim, essa é a mensagem importante: provavelmente vamos ter mais casos, se as coisas se passarem como temos visto nos outros países”, alerta.

“Provavelmente o número de casos vai aumentar, mas tivemos um mês, dois meses que nos permitiram criar condições para nos prepararmos melhor. E se tivermos mais dois, três ou quatro meses, melhor estaremos”, evitando uma curva acentuada de crescimento de casos e transformando-a numa subida lenta e gradual, com a qual as autoridades conseguem lidar.

Moçambique tem 28 casos oficialmente registados, sem mortes, com cerca de 762 testes realizados desde que foi declarada a pandemia, a 11 de Março, um número inferior a muitos países, mas Djamila Cabral recomenda cautela nas avaliações.

“Não temos elementos para dizer que estamos melhor que os outros. Felizmente não temos encontrado muitos casos positivos”, mas a curva da pandemia pode estar ainda a formar-se.

“As pessoas têm a sensação de que se calhar não temos muitos casos e que isso quer dizer que fomos poupados. Pode até ser, mas a verdade é que ainda não vimos tudo”.

Sobre a quantidade de testes realizados, Djamila Cabral considera que o sistema de vigilância “funciona bem em Moçambique”.

“Eles têm experiência na vigilância”, disse, referindo-se às autoridades de saúde: “penso que está a correr bem”.

“Penso que o sistema de vigilância é relativamente forte aqui em Moçambique. Estão realmente a fazer aquilo que devem fazer. É verdade que todos têm uma certa ansiedade em relação aos testes, mas não se podem fazer testes a todo o mundo, porque tem de haver regras”.

Em Moçambique seguem-se as normas da OMS: são testadas pessoas com sintomas que tenham viajado de zonas com transmissão activa ou que tenham estado em contacto com casos suspeitos ou confirmados.

“Não se deve testar todo o mundo, faz-se teste a quem precisa” e deve ser assim “mesmo se tivermos um ‘stock’ [de testes] ali a postos”, refere.

“Não há nenhum país que tenha feito testagem a todo o mundo. Houve países com testagem massiva”, mas nunca para toda a população, realçou.

“Em nenhum lugar se pode testar todo o mundo. O teste pode ser negativo hoje e amanhã pode ser positivo. Não vale a pena testar pessoas que em princípio vão ser negativas. Tes-

tamos aquelas que pensamos que podem ser positivas”.

E dá um exemplo: se houver informação de que “num determinado bairro já apareceram uma série de casos, temos de fazer mais testes naquele lugar. Conforme a epidemia evolui, a estratégia e os critérios de testes vão sendo adaptados”.

“Se for ver as estatísticas em África, o número de testes aumenta com o número de casos”, acrescenta.

“Estamos no bom caminho”, refere a representante da OMS em relação a Moçambique, salientando que a primeira reunião sobre Covid-19 com o Ministério da Saúde moçambicano foi em Janeiro.

Desde então foram criados 15 centros de isolamento, adicionadas 600 camas ao sistema de saúde, foi dada formação a médicos e enfermeiros e o número de respiradores artificiais cresceu de cerca de 20 para a casa dos 50 e continua a aumentar, refere.

“Desde cedo foram tomadas medidas pertinentes, atempadas e corajosas”, uma vez que parte delas “tem im-

pacto noutras áreas” e podem “não ser muito populares”.

Agora, há que continuar a disseminar informação, refere Djamila Cabral, porque “provavelmente ainda há zonas que não estão a receber todas as mensagens” ao nível da prevenção, como por exemplo em comunidades rurais.

O país vive em estado de emergência durante todo o mês de Abril, com espaços de diversão e lazer encerrados, proibição de todo o tipo de eventos e de aglomerações.

Durante o mesmo período, as escolas estão encerradas e a emissão de vistos para entrar no país está suspensa.

O novo coronavírus, responsável pela pandemia da Covid-19, já provocou mais de 124 mil mortos e infectou quase dois milhões de pessoas em 193 países e territórios.

O número de mortes provocadas pela Covid-19 em África ultrapassou hoje as 800 com mais de 15 mil casos registados em 52 países, de acordo com a mais recente actualização dos dados da pandemia naquele continente.

Segundo Bispo da Diocese de Pemba em entrevista ao CDD

Cabo Delgado **não parece Moçambique**



O Bispo da Diocese de Pemba, Luíz Fernando Lisboa, diz que a população da província de Cabo Delgado vive numa situação de isolados, abandonados e com medo. Numa entrevista concedida à Organização não governamental Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD), Luíz Fernando Lisboa diz que não aceita o “cinismo” das autoridades governamentais que insistem em dizer que a situação está sob controlo.

A entrevista do Bispo de Pemba aconteceu durante a semana Pascal, na qual, na basílica de São Pedro, no Vaticano, o Papa Francisco voltou a rezar por Cabo Delgado: “Este não é tempo para o esquecimento. A crise que estamos a enfrentar não nos faça esquecer muitas outras emergências que acarretam sofrimentos a tantas pessoas. Que o Senhor da vida se mostre próximo das populações da Ásia e da África que estão a atravessar graves crises humanitárias, como na Região de Cabo Delgado, no norte de Moçambique. Acalente o coração das inúmeras pessoas refugiadas e deslocadas por causa de guerras, seca e carestia”.

Acompanhe a entrevista concedida pelo Bispo de Pemba com a devida vénia ao CDD.

Gostaríamos de ter mais detalhes sobre o ataque à missão católica de Nangololo. Houve vítimas humanas? Houve destruição de infra-estruturas? Os missionários estão todos salvos e em segurança?

O ataque não foi só a Muambula, onde está a Missão de Nangololo. Na verdade, foram atacadas sete aldeias do distrito de Muidumbe nos últimos quatro dias (até sexta-feira). Entraram na Missão de Nangololo, mas como o povo continua no mato, nós temos poucas informações. A única informação que chegou até agora (sexta-feira) é de um senhor cristão que está escondido no mato. Ele foi até à missão com muito cuidado e viu que as casas dos missionários não foram invadidas, nem tocadas. Mas arrombaram a igreja, queimaram os bancos e outros bens

que estavam dentro. As chamas não atingiram o tecto falso. Ainda não sabemos ao certo os estragos causados. Um dia antes, quando os atacantes estavam a actuar nas aldeias próximas à missão, os nossos missionários saíram usando um corta-mato até Mueda. A intenção era de ficar em Mueda, mas lá o clima também estava ruim, com os residentes locais a fugirem para as matas. Os missionários tomaram a estrada Mueda – Montepuez e caminharam oito horas até à vila de Montepuez, onde passaram a noite. No dia seguinte apanharam transporte até Pemba. Por questões de segurança, eles continuam aqui em Pemba.

Desde que os ataques começaram em Outubro de 2017, o bispo de Pemba é uma das poucas pessoas que sempre alertou para o sofrimento das comunidades afectadas. Os terroristas já tomaram de assalto três vilas distritais. Como descreve a situação de cabo delgado hoje?

Cabo Delgado vive hoje uma situação de isolamento, nem parece que fazemos parte de Moçambique. Nós sentimo-nos

isolados, abandonados, porque desde que esta situação começou a dois anos e meio, quase nada se reporta nos jornais, nas rádios e nas televisões. Quem assiste aos noticiários à noite fica com a impressão de que não está a acontecer nada em Cabo Delgado. Quando não dizem nada e é como se não tivesse acontecido nada em Cabo Delgado. Mas há muito sofrimento do povo que vive nesta província, um povo que já era pobre e agora está a ser espoliado, está a ver as suas casas a serem queimadas e dorme no mato. Imagine idosos e crianças dormindo no mato, vivendo no mato.

O que acha da resposta do Governo e das forças de defesa e segurança?

Eu não vou julgar ninguém, mas a resposta até agora ainda não foi efectiva, tanto é que os ataques continuam, nunca houve trégua. Eles estão cada vez mais empoderando-se, estão cada vez mais ousados. A única coisa que eu não aceito é o cinismo de dizer que está tudo sob controlo.

Acredita que mais distritos poderão ser atacados nos próximos tempos?

Eu acredito que tudo é possível. Assim como era impensável que se atacasse Mocimboa da Praia, que é uma vila com um grande contingente de militares, mas eles atacaram e ocuparam. Atacaram os locais onde os polícias e os militares estavam acampados, levaram armas, levaram carros, levaram comida. Eles são, de facto, ousados. Toda a zona norte de Cabo Delgado é um barril de pólvora. A população não está tranquila e em quase todos os distritos as pessoas estão a fugir para locais seguros. Quem não tem condições para sair, a solução é dormir no mato.

As pessoas de Cabo Delgado não falam abertamente sobre os ataques de que são vítimas. A que se deve esse medo generalizado das pessoas?

O clima de medo é generalizado. E o medo não é injustificado. Nós todos acompanhamos que alguns jornalistas que tentaram fazer cobertura dos ataques foram detidos. Ficaram presos por muito tempo e sem julgamento. O medo generalizado deve-se, também, à violência em si, há muitas pessoas mortas,

muitas pessoas mesmo. Outras perderam suas casas e seus bens. Isso deixa as pessoas com muito medo. É uma pena que esse seja, neste momento, o sentimento generalizado em Cabo Delgado: o medo.

Devido ao silêncio do Governo, a coisa mais difícil é saber quantas pessoas morreram desde Outubro de 2017. Tem uma estimativa de quantas vítimas mortais?

Eu não sei exactamente quantas pessoas. Mas estimo que mais de 500 pessoas já morreram. Durante muitos meses contava-se apenas o número de civis mortos, pois dificilmente os soldados mortos entram nas estatísticas. Mas já morreram muitos soldados. As vítimas do outro lado, aquelas que são chamadas de insurgentes e outros nomes, também não entram nas estatísticas. Então, eu acredito que já passaram 500 pessoas mortas.

Conhecendo um pouco a realidade de Cabo Delgado, qual seria o melhor caminho para resolver esta situação?

Eu não me arrisco a dizer qual seria o melhor caminho neste momento, a curto prazo. Mas a médio e a longo prazo, o caminho é dar oportunidades para a juventude. O caminho é construir escolas secundárias e técnico-profissionais. Na maioria das nossas vilas, os adolescentes estudam até 7ª classe e a partir daí já não têm como continuar com os estudos. Então, investir na educação, investir na formação técnica, investir em cursos profissionalizantes, promover emprego para a juventude, pequenos negócios, etc, é o caminho a seguir a médio e a longo prazo. É preciso investir massivamente na juventude, porque se não dermos oportunidades aos nossos jovens, eles vão seguir o caminho que estão seguindo agora.

Como mobilizar as pessoas a se prevenir da covid-19, se a grande preocupação é a segurança?

Infelizmente, aqui em Cabo Delgado, a pandemia covid-19 está em segundo plano, a segurança é que está em primeiro lugar. As pessoas estão aglomeradas, há muitas famílias

recebendo outras famílias, outras estão no mato e partilham utensílios e outros bens. É um grande desafio para nós, mas temos estado a divulgar as mensagens de prevenção, estamos a orientar as pessoas para se precaverem. Mas não é fácil fazer isso com as pessoas que estão fugindo dos ataques.

O CDD sabe que algumas agências humanitárias que ajudavam as vítimas dos ataques e do ciclone Kenneth se retiraram dos distritos. Até que ponto isso pode aumentar a vulnerabilidade das pessoas e o risco de recrutamento de jovens que agora ficaram sem o apoio humanitário?

Sim, as agências humanitárias retiraram-se dos distritos e algumas até de Pemba. É compreensível porque a maioria das pessoas é estrangeira,

tem famílias e as agências têm responsabilidades em relação a essas famílias. É verdade que isso acabou aumentando a vulnerabilidade das pessoas. Quem estava resistindo eram os missionários, mas chegou uma altura em que eu também tive que os retirar. Os insurgentes começaram a alegar a questão da religião e simbolicamente queimaram uma capela, depois invadiram uma outra e queimaram-na. Isso preocupou-nos muito e acabamos retirando os missionários. Mas muitas pessoas já tinham saído das aldeias.

Não acha irónico que esse sofrimento todo esteja a acontecer numa província riquíssima em recursos naturais? Como fazer para que os projectos de exploração desses recursos não

sejam factores de exclusão de jovens?

É muito triste que isso esteja a acontecer numa província tão rica em recursos como gás natural, pedras preciosas e rubis, numa província que tem condições de se auto-afirmar como uma próspera e capaz de ajudar todo o país. Esses recursos não devem continuar a ser uma maldição para o povo, como têm sido até agora. Esses recursos devem ser uma bênção, têm de trazer o bem-estar para a população, mas para isso é preciso começar bem. É preciso que sejam cumpridos todos os processos previstos na lei, é preciso que a população seja consultada e ouvida. É preciso que a população faça parte dos processos e não um grupinho de cinco ou seis pessoas que são muitas vezes coaptadas, compradas e falam

em nome da população, mas não têm nenhuma procuração nem legitimidade para falar em nome da população. Muitas vezes a população é deixada de lado. Se não envolvem a população, se não trazem empregos para a juventude, os recursos acabam virando uma maldição. Eu espero que todas as pessoas que têm responsabilidades, sejam do Governo ou da Sociedade Civil, estejam atentas para que o povo não seja deixado de lado em todos os processos.

Senhor bispo sente-se seguro, nunca sofreu ameaças?

Eu sinto-me seguro, tal como se sente toda a população de Cabo Delgado. Ou seja, o nosso seguro é a insegurança. Se me perguntasse se eu sinto medo, eu diria que não. Se eu sofri ameaças, talvez de forma velada, talvez alguns recados, alguns

conselhos, Mas ameaça directa, não. Houve alguma campanha difamatória, essas coisas que as pessoas que não gostam de ouvir a verdade promovem. Mas a igreja não vai parar de falar, porque nós temos uma responsabilidade que nos foi dada, não por algum governante, mas sim por Deus. Essa responsabilidade é de estarmos do lado da verdade, é de falarmos a verdade, nós temos compromisso com a verdade, e Deus é a verdade. Por isso, nós nos sentimos seguros porque Deus está connosco, Deus está a sofrer connosco, Deus está a ser humilhado connosco, Deus está a passar por maus momentos connosco, e nós temos dito isso para a população. E como nós acreditamos, temos esperança de que se Deus quiser, vamos sair desta.

Insurgentes atacam oito aldeias em cinco dias consecutivos



Em cinco dias consecutivos, o grupo de insurgentes que tem promovido há mais de dois anos ataques contra cidades e aldeias na província moçambicana de Cabo Delgado atacou oito aldeias do distrito de Muidumbe, incluindo a sede onde tinha invadido e ocupado semana passada. Incendiou também palhotas e barracas das populações, dois dias depois duma ofensiva das forças estatais e supostos militares sul-africanos, disseram à VOA vários sobreviventes.

Os insurgentes ocuparam a aldeia de Mian-galewa, Xatia, Namacande, a sede do distrito de Muidumbe, Ntchinga – onde realizaram um comício popular semana passada – e a vila de Muatade, depois de três ataques as suas bases em Muidumbe e Mueda.

“Na semana passada não tocaram na população, mas desta vez há muitos que foram pegados por al-shabaab, até hoje domingo”, disse Idre Adamo, um

morador de Muidumbe que conseguiu escapar para Macomia.

Os insurgentes registaram avanços notórios nas últimas semanas, tendo tomado por horas e dias várias vilas das sedes distritais, onde erguiam bandeiras do Estado Islâmico (EI), atraindo simpatia da população com bens e dinheiro saqueados dos ataques.

“Nesses ataques não há militares (estatais) para responder o fogo. Muitos fugiram e a população está praticamente sozinha, por isso os al-shabaab

ficam muito tempo nas vilas e até procuram os militares”, denunciou outro morador local que preferiu o anonimato.

Várias imagens postas a circular nas redes sociais mostram a destruição de estátuas de Jesus no mais importante e histórico edifício da igreja Católica em Cabo Delgado, no distrito de Muidumbe.

Ofensiva das forças estatais

Entretanto, o jornal electrónico, a Carta, avança que um helicóptero de militares privados sul-africanos atingiu uma base dos insurgentes da AhluSunnahwaJaman, localmente conhecidos por al-shaabaab, na área de Mueda na quarta-feira, 8, e atacaram duas bases em Mbau e Awassi, na quinta-feira, 9.

Citando fontes militares anónimas, o jornal avança que os ataques não incluem forças terrestres, que se desdobraram para várias zonas, incluindo com ameaças de atacar as principais ilhas próximas a costa de Cabo Delgado.

No seu boletim na sexta-feira, 10, Joseph Hanlon, conhecido analista sobre Moçambique, disse que a ocupação de Ntchinga tem uma provocação particular, por ter sido a base usada pela Frelimo na guerra de libertação.

Depois da aparente retirada dos mercenários russos, do grupo Wagner, em Março, um jornal sul-africano avança que o ataque de quarta-feira foi conduzido pela empresa de segurança privada DyckAdvisoryGroup (DAG), sediada na África do Sul e de propriedade do ex-coronel militar do Zimbabwe, Lionel Dyck, que se juntou a Maputo para derrotar os insurgentes em Cabo Delgado.

No final de Março, as vilas de Mocímboa da Praia e Quissanga foram invadidas pelo grupo, que destruiu várias infra-estruturas e içou a sua bandeira num quartel das Forças de Defesa e Segurança de Moçambique.

Na ocasião, num vídeo distribuído na Internet, um alegado militante jihadista justificou os ataques de grupos armados no norte de Moçambique com o objectivo de impor uma lei islâmica na região.





ALMADINA

Sheikh Aminuddin Mohamad

As lições da Covid-19!

Faz já muito tempo que o Mundo vive uma crise sem precedentes, provocada pelo COVID-19, que colocou todos os países em “Lockdown”, confinando as pessoas às suas casas e aos hospitais. Cidades e países foram obrigados a restringir a circulação de pessoas, a fechar as mesquitas, igrejas e outras casas de culto, tudo para reduzir a tendência de propagação do vírus desta pandemia.

Infelizmente, três sextas-feiras já passaram sem que tenhamos tido acesso às mesquitas para o culto semanal islâmico, o Jumã. Que pena!

O Mundo todo está em pânico, apreensivo, já que até agora não conseguiu derrotar este inimigo invisível que penetrou em todas as fronteiras, causando à Humanidade grandes prejuízos na vida e no sustento. Já causou a morte de mais de 100.000 (cem mil) pessoas, e enormes prejuízos económicos.

Tudo isto revelou a Grandeza de Deus, o Criador, o Dominador, o Vigilante, o Poderoso, o Magnífico, que está acima dos seus servos fracos.

Até mesmo os países ricos, os do chamado Primeiro Mundo, colapsaram na confrontação com esta pandemia mundial, pois não conseguem apresentar soluções imediatas, nem ajudar os países pobres.

Todo o Mundo, independentemente da religião, etnia, raça, orientação política, etc., embarcou num único barco, estando centrado numa única preocupação: O Coronavírus.

Será que já reparamos quem controla tudo? Os nossos movimentos, as nossas saídas e entradas?

Quer parecer que todos, nestes dias, já compreenderam Quem controla todas as coisas.

Deus diz no Qur’án, Cap. 52, Vers. 37:

“Ou têm eles os tesouros do teu Senhor, ou são eles os controladores (absolutos disso)?”

Agora já percebemos quem é o Grande Poderoso, o Controlador que decide tudo, nada acontecendo no Universo sem a Sua permissão.

E consta também no Cap. 50, Versículo 37: “E a Nossa ordem não é senão única (e inalterável, que acontece), como o piscar de olho”.

Isto leva a que nos submetamos perante Esse que merece que nos submetamos a Ele, que é Deus, o Senhor dos Mundos.

Nestes dias em que vivemos na pandemia do Corona Vírus, é bom recordarmo-nos de alguns pontos essenciais.

O Mundo é um local de teste, que pode ser com algo bom, ou algo mau. Tanto pode ser um castigo ou uma séria advertência.

As acções humanas são a causa de todos os estragos na Terra, no Mar e no Ar. Quando o mal dominar, os bons também poderão ficar afectados, juntamente com os perversos.

Saibamos que aquilo que Deus destinou, certamente acontecerá. E o que Ele quiser que não aconteça, jamais acontecerá.

Deus diz no Qur’án, Cap. 4, Vers. 78:

“Onde quer que vos encontréis, a morte vos alcançará, ainda que vos resguardéis em torres fortes e altas”.

E diz no Cap. 10, Vers. 49: “Quando seu termo chegar, não poderão atrasar, e nem adiantar (sequer) um instante”.

O pânico e a preocupação não podem afastar a pandemia. Só Deus o pode afastar. E quem depositar confiança em seu Senhor, Ele lhe será suficiente.

Actualmente a conversa que domina tudo e todos, é o COVID-19. Este vírus tão pequeno quanto invisível, fez-nos voltar às nossas casas, e nos fez recordar as nossas falhas no convívio em casa, na educação aos nossos filhos, pelo que nos convida a nos concentrarmos no convívio

com as nossas famílias.

O Corona Vírus também nos ensinou que devemos aproveitar o momento, antes que ele passe, ou antes de as portas se fecharem.

Agora as pessoas já descobriram o valor de ir à mesquita, de ir fazer Hajj ou Umrah (peregrinação à Makkah), ou de visitar os pais, os familiares, etc., pois este vírus parou tudo. Parou as escolas, as mesquitas, os comboios, os aeroportos, os serviços, etc.

Quando temos oportunidade de fazer algo, adiamos para mais logo, para amanhã, para a próxima semana, para o próximo mês, ou para o próximo ano.

Os teólogos aconselham-nos a que não adiemos nada em que há o bem, devendo-nos apressar na sua execução, pois Deus sempre nos exorta da seguinte forma, conforme consta no Qur’án:

“E apressai-vos”. Cap. 3, Vers. 133

“Sede dianteiros”. Cap. 57, Vers. 21

“E a isso, que os competidores compitam”. Cap. 83, Vers. 26

Existem dois tipos de impedimento para a prática de boas acções:

1 – Os temporários, que impedem por anos, meses ou dias, como é agora com o Corona Vírus; e 2 – Os eternos, tal como a morte.

Devemo-nos apressar na prática do bem, antes que qualquer um destes impedimentos chegue. E Deus diz no Qur’án, Cap. 34, Vers. 54:

“E colocar-se-á uma barreira entre esses, e o que desejam, como antes se fez com seus semelhantes”.

Não nos devemos atrasar na prática do bem, pois não temos garantia de vivermos até ao tempo que o programarmos. Isto particularmente para os doentes, pois a vida é de-

masiado curta, devendo valorizá-la, já que tudo pode mudar repentinamente.

Olhemos para o poder de Deus. Quando Ele deseja algo, basta que diga “seja”, e tal acontece.

Diz-se que esta doença teve o seu início na China, com uma pessoa cujos hábitos alimentares incluíam o consumo de morcegos. Contaminou outras pessoas, que por sua vez foram sucessivamente infectando outras, a assim a doença espalhou-se pelos quatro cantos do Mundo, incluindo Moçambique.

De facto o Ser Humano é de uma dimensão ínfima relativamente ao Universo, mas por outro lado é demasiado grande relativamente ao que existe nesse mesmo Universo.

Todavia, decorrente do Corona Vírus, surgiram também a nível dos povos, fenómenos de carácter humanitário, moral, e de solidariedade. Por exemplo, o papel heroico desempenhado por muitos médicos, organizações e outros funcionários ligados à saúde, pondo em risco as suas próprias vidas dia e noite, tudo numa luta titânica para curar os doentes. Infelizmente alguns acabaram por morrer infectados, nessa sua nobre missão.

Nestes momentos extremamente difíceis, os crentes devem esforçar-se por beneficiar o próximo o máximo possível, concorrendo na prática de boas acções, pois o Profeta Muhammad (S.A.W.) disse: “Quem de vós puder beneficiar o seu irmão, que o faça”. (Muslim)

E disse: “A melhor de entre as pessoas é aquela que é mais benéfica aos outros”.

Todo o bem que a pessoa pratica na forma de solidariedade social, é considerado uma caridade, e tudo o que possa trazer alegria ao coração dos outros é

considerado como sendo o melhor acto de adoração.

Mustafá Mah’ mud, um médico egípcio, disse há muitos anos:

“Se um vírus mortífero se espalhar pelo Mundo, ao ponto de os países fecharem as suas fronteiras e se isolarem por medo da “morte móvel”, então os povos dividir-se-ão em dois grupos:

1 - Um grupo possuirá instrumentos de conhecimento, trabalhando incansavelmente

dia e noite para descobrir a cura; e

2 - Outro grupo esperará o seu fim, decisivo e inevitável.

Aí as sociedades perceberão que afinal a ciência não é um instrumento de entretenimento, mas sim um meio de salvação”.

Depois de termos visto as mesquitas, as igrejas, as praças e escolas vazias, imagens que nos entristecem e nos comovem de tal maneira que não conseguimos conter as lágrimas, depois de termos proibido os nossos filhos de irem às aulas, depois do encerramento de muitos estabelecimentos, depois de termos medo de nos movimentarmos e de viajar, fica-nos a triste sensação de que a Terra, apesar da sua vastidão, tornou-se-nos demasiado estreita.

Consta no Qur’án, Cap. 9, Vers. 118:

“Tal que a Terra, vasta que é, pareceu-lhes estreita, suas almas tornaram-se-lhes estreitas, e convenceram-se que não havia refúgio contra Deus senão n’Ele; E depois aceitou-lhes o arrependimento para que voltassem (a Deus). Certamente, Deus é infinitamente Perdoador, o Misericordioso”.

Portanto, a única solução para sairmos desta estreita situação de crise, é o arrependimento sincero perante Deus, pois a pandemia só aparece em consequência dos pecados, e só pode ser retirada com o arrependimento.

IN JORNAL EXPRESSO

Défice operativo nas FDS

O trecho de uma conversa entre operacionais militares da Dicky Advisory Group (DAG), a partir das matas de Cabo Delgado, que teria sido interceptada na África do Sul, dá conta do reconhecimento dos mercenários da capacidade combativa dos terroristas.

Tanto que o operacional no terreno terá sugerido o envolvimento de profissionais em tais operacionais, dada a superioridade do inimigo. Um helicóptero dos mercenários foi quarta-feira abatido pelos terroristas, durante intervenção da força aérea a uma base inimiga, no distrito de Mueda. Há semanas, num dos vídeos publicados pelos terroristas, aquando da ocupação de uma vila distrital, a dado momento, o orador principal desafia militares ousados e dispostos a morrer pela causa, pois eles estavam inspirados a entrar numa confrontação a esses níveis.

Em Março, mercenários russos da Wagner terão abandonado as operações militares com as quais haviam se comprometido, mas nunca foi tornado público o motivo desse recuo, depois de baixas no grupo. Orlando Mudumane, à ilharga um oficial militar, revelou sábado, em Maputo, operações conjuntas com a finalidade de devolver tranquilidade das populações e a soberania, sem avançar detalhes. Isto numa altura que em vários corredores circulam informações segundo as quais, a resposta aos terroristas tem sido questionada, havendo casos em que os 'Sem Rosto' invadem as vilas sede dos distritos aparentemente num à vontade, sem enfrentar oposição, uma vez que a contra-parte teria fugido em debandada.

Por essas ocasiões, entretanto, um militar/polícia governamental teria estranhado como têm sido surpreendidos pelo inimigo. No ar, a ideia de que estaria a haver fuga de informação favorável ao inimigo.

Reorganização do exército No âmbito do acordo de Roma, Outubro de 92, o novo exército nacional ficou definido em 30 mil homens, nele, antigos guerrilheiros e ex-Forças Armadas de Moçambique (FAM). Durante largo período, estes militares estavam confinados nos quartéis, chegando a alimentar críticas de que es-

tavam a alimentar o ócio, de nada estarem a fazer. Havia necessidade de modernizar as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), missão que não é feita com os sem canudo, sim, com militares com mínimo de escolaridade.

Havia que cortar no efectivo, mandando para a reforma antecipada os sem... canudo.

Acabadinhos de chegar às cidades, depois de parte significativa de juventude nas matas, logo, sem espaço para irem à escola, os sacrificados foram os da antiga guerrilha da Renamo. Era o chamado novo organigrama das FADM. Desde logo, um coro de protestos vindo da Renamo, ainda que Afonso Dhlakama considerasse a iniciativa louvável.

A ala dura da Renamo pressionou o seu líder a não ceder. Gerou-se autêntico sururu político. Isso levou a hesitações na materialização da iniciativa, período durante o qual, nos bastidores, se tentava convencer a contra-parte sobre a importância de um exército unificado, sim, mas forte para os desafios que poderiam se mostrar no futuro.

Com o lobbie frelimista en-

fraquecido ante prepotência da Renamo, lá se avançou com a proposta de lei, visando a aprovação do novo organigrama das FADM, o tal que punha no olho da rua os sem canudo, à maior para os oriundos da Renamo.

Na Assembleia da República, o tradicional esticar de corda, de um lado os deputados da Frelimo, do outro, os da Renamo. A proposta de lei acabaria por ser aprovada, com o voto maioritário da bancada parlamentar da Frelimo. Joaquim Chissano, presidente da República, tratou de promulgar a referida lei.

Assim, grande parte dos da Renamo passaram para a reforma, e uma ínfima das antigas FAM.

Claramente, havia pouca gente para a materialização do novo organigrama de tal modo que até aos nossos dias não está claro ter sido concluído.

O Serviço Militar Obrigatório (SMO) que seria a principal fonte de recrutamento de novos valores pretendidos para a concretização do organigrama, terá sido de inúmeras irregularidades. Por essas alturas, foi ganhando forma a ideia de que na tropa é onde as pessoas ga-

nhariam a vida, sobretudo aos que já tinham algum canudo.

Dada a procura, provavelmente se tenha privilegiado uns em detrimento de outros (parentes) tantos, em concreto para determinados cursos de formação, como, por exemplo, o acesso à Academia Militar Marechal Samora Machel, em Nampula.

Enfim, um processo caduco e sem nenhuma perspectiva futurista, claramente de atropelo às intenções dos que elaboraram o organigrama das FADM. Na essência, o exército passou a ser um lugar onde a intenção suprema era fazer dinheiro.

Na memória, as escolhas feitas a dedo e ao sabor dos decisores finais nas escolhas para 'Capacetes Azuis' na República Democrática do Congo, que dava direito ao trust fund. Ora, os decisores militares moçambicanos cobravam comissões a troco da indicação, ainda partilha de demais regalias. Ou seja, só ia quem aceitasse dispensar parte do dinheirinho aos responsáveis moçambicanos. De contrário, zero.

Num outro momento, esta situação foi acompanhada de autêntico saque dos equipamentos militares colocados no

mercado negro sul-africano, para onde eram inclusive encaminhadas armas do tipo AK-47, noutras temporadas temidas pelo exército sul-africano.

Na circunstância, muita sucata militar encheu os bolsos dos da nomeada e se as instalações da Marinha de Guerra, na baixa da cidade de Maputo, continuam intactas até aos nossos dias, se deveu a forte intransigência do Governo e da Frelimo, pois de contrário teria caído nas mãos de um empresário moçambicano de origem asiática, na altura de indiscutível fama. O mesmo empresário, aliás, que chegou a aguçar apetites ao velho cemitério sito na avenida Eduardo Mondlane, na cidade de Maputo.

Fracassada a toma do quartirão que pertence a Marinha de Guerra, acabou por se fixar paredes meia da Marinha. A situação em que a tropa se encontra hoje, é, pois, resultado de um longo período em que os oficiais superiores foram enriquecendo à custa do bem público, o suficiente para se distraírem nas prioridades futuras do país.

Hoje, os moçambicanos estão a pagar facturas elevadíssimas.

Comercial

Prevenção

Se tiver viajado recentemente para um dos Países com casos de coronavírus, evite o contacto directo com outras pessoas e no primeiro sinal de febre, constipação ou tosse, ligue para o AlôVida ou PENSA;

Lave as mãos com água e sabão ou cinza;

Sempre que tossir ou espirrar cubra a boca com o braço dobrado em forma de "V" e de seguida lave as mãos;

Lavar e cozinhar bem os alimentos;

Abrir as janelas para maior circulação do ar.

Em caso de dúvida ligue para:

Alô Vida!

vodafone 84146 | mcel 82149 ou 1490

PENSA *660#

A PREVENÇÃO DO CORONAVÍRUS PARTE DE MIM!

OMS | Save the Children | unicef | CVM



CORONAVÍRUS



O Nosso Maior Valor é a Vida



CASSAMO LALA*

SOBRE O AMBIENTE RODOVIÁRIO

Multas ilegais por ausência de extintor de incêndio e pneu sobressalente

Alguns polícias de trânsito estão a passar multas ilícitas aos automobilistas que não se fazem acompanhar, nos seus automóveis, de um extintor de incêndios e de um pneu sobressalente, alegando que a exigência destes acessórios consta no novo RTA (Regulamento de Transporte em Automóveis e Reboques), publicado no BR nº 90, 1ª série, de 10/5/2019.

Na verdade, consta no Artº 17 deste RTA a obrigatoriedade de ter no carro como acessórios, um extintor de incêndios e um pneu sobressalente, porém, esta exigência não abrange os veículos de transporte particular. Importa esclarecer que este referido artº 17, faz parte da Secção II, do Capítulo II do RTA, que trata de transporte público.

Se estes polícias de trânsito que autuam incorrectamente tivessem estudado bem o RTA, certamente teriam lido, neste já mencionado Artº 17, a parte da sua redacção que diz o seguinte: “Os veículos licenciados para o exercício da actividade de transporte devem ter a bordo os seguintes acessórios: a) Extintor de incêndios; b) Pneu sobressalente”; c) Macaco e chave de rodas. Nesta conformidade, esta exigência só pode ser feita aos veículos licenciados para o exercício de transporte remunerado, ou seja, para os veículos de transporte público. Portanto, esta exigência da polícia é atribuível apenas aos veículos licenciados para o Transporte Colectivo ou de Aluguer, os tais que prestam serviços remunerados.

A aplicação irregular deste dispositivo legal (RTA) tem vindo a prejudicar os cidadãos que não têm o domínio da legislação rodoviária ou não sabem fazer a sua correcta interpretação. É sempre o pacato condutor que é injustamente multado, ficando muitas vezes privado de poder conduzir o seu carro, para além de torturas psicológicas a que é submetido. Os agentes da Lei e Ordem, nas suas actuações, não podem fazer prevalecer o princípio do oportunismo em detrimento ou em substituição do princípio da legalidade. Proceder assim é servir-se de uma arbitrariedade na aplicação de dispositivos legais para benefício particular.

Não faz parte das incumbências, como fiscalizadores da legislação rodoviária, exigir este tipo de acessórios em veículos de transporte em serviço particular. A partir do Artº 7º do RTA, todas as normas estabelecidas são para o transporte público, tal como está esclarecido neste Regulamento.

Não é justo, também, que os senhores polícias de trânsito, legítimos representantes da Lei e Ordem, passem multas pelo facto de os veículos de transporte particular não terem legendas referente à capacidade de carga ou lotação de passageiros em letras vermelhas sobre fundo branco, quando os carros apresentam as legendas com letras brancas em fundo preto. Esta exigência (letras vermelhas em fundo branco), só é aplicável aos veículos licenciados para o transporte público. Se têm dúvidas que consultem o INATTER para os devidos esclarecimentos.

Quando um polícia de trânsito decide aplicar este tipo de multas ilegais, das duas uma, ou não conhece a legislação, ou está a agir de forma corrupta, para conseguir negociar com os automobilistas que desconhecem as normas rodoviárias e, desta forma, conseguir dividendos pela via da chantagem. De uma forma ou de outra, este tipo de polícia de trânsito que assim actua está a denegrir a imagem da corporação a que pertence. A camisa de cor branca que um polícia de trânsito usa, simboliza a transparência ou a evidência da legalidade. Quando um agente da Lei e Ordem procede ilicitamente, está a manchar com nódoas muito sujas a sua camisa branca, esta mesma camisa branca que é usada pelos seus colegas honestos e pelos seus superiores hierárquicos. Um agente da Lei e Ordem, ao comportar-se assim, está também a comprometer a idoneidade de toda a sociedade moçambicana.

*DIRECTOR DA ESCOLA DE CONDUÇÃO INTERNACIONAL

Editorial

Firmêêêêê... comandante em chefe!

Comandante em Chefe! O país mais do que nunca precisa da sua voz de comando para resolver de vez o problema bicudo de Cabo Delgado. Senhor Comandante em Chefe, nós somos contra aquele fulano que disse que não podiam ser reportados os assuntos de guerra naquela província, porque isso desmotiva as FADM. Condenamos veementemente a atitude deste lambe-botas, e queremos acreditar que o Comandante em Chefe esteja a altura de dar ordens supremas para o exército funcionar devidamente, colmatando a situação intragável das bandas do planalto.

Nós não acreditamos muito no recurso à intervenção externa por enquanto, apesar de sabermos, por outro lado, o quão importante seja a cooperação bilateral no domínio das balas. É que, Senhor Comandante em Chefe, não faz sentido virem dois ou três helicópteros actuar em território nacional para rechaçar as investidas dos insurgentes em Cabo Delgado. Afinal para que raio servem os milhares e milhares de contos (divisas) gastos no orçamento para alimentar e apetrechar o exército nacional? Não serão estes argumentos logísticos bastantes e suficientes para dar musculatura a tropa nacional? Não será isto um ultraje ao pudor militar dos nosso exército, vir um helicóptero de mercenários sul-africanos (força privada) operar em Cabo Delgado em detrimento das FADM, especialmente da força aérea, ou não será esta uma forma de dizer que as nossas Forças Armadas não funcionam? Afinal, helicópteros e outros utensílios militares voadores que vomitam fogo foram largamente anunciados no tempo da velha senhora. Senhor Comandante em Chefe, um helicóptero e três ou quatro mercenários (bem pagos, diga-se em abono da verdade) enfrentaram com dureza os insurgentes em Cabo Delgado. Em contrapartida, um exército enormíssimo prenhe de generais e altas patentes não consegue fazer isto. Que pena, Senhor Comandante em Chefe!

Deste lado da trincheira, estamos consigo Senhor Comandante em Chefe, e o apelo que fazemos é que deve exigir maior prontidão dos militares das Forças Armadas de Moçambique (FADM), na defesa dos interesses nacionais, pois a pátria está acima das dificuldades sociais e económicas, o mesmo que dizer que independentemente dos problemas que o país vive, para os militares, a defesa da pátria está acima de tudo e só depois de findo o conflito podemos voltar a produzir para melhorar as condições socioeconómicas do país e resolver os eventuais problemas que possam surgir, sendo daí, Senhor Comandante em Chefe, ser necessário elevar os níveis de disciplina e organização nas unidades e subunidades das FADM.

Os Estados modernos valem-se pela capacidade de reunirem homens e meios que garantam a sua integridade territorial para assegurar às suas populações e instituições. As FADM, Senhor Comandante em Chefe, têm um papel importante na consolidação das instituições democráticas. As Forças Armadas são definidas pela Constituição da República como sendo “a instituição militar nacional permanente, regular e apartidária, incumbida da defesa militar do país, organizadas na base da hierarquia, da disciplina e da obediência aos órgãos de soberania competentes, sob a autoridade suprema do Presidente da República e Comandante em Chefe”.

Ao longo das últimas décadas, assistimos a um desempenho notável dos membros das Forças Armadas, desde os oficiais superiores aos praças, que configura claramente um exercício de reencontro da família moçambicana. Na verdade, este exercício, fruto da mobilização, recrutamento e serviço nas Forças Armadas, levou os mais valorosos filhos desta terra a percorrer todos os cantos do país, lutando e contribuindo para a construção de nação de que tanto precisamos. A democracia moçambicana deve muito ao papel preponderante das FADM, que souberam defender os símbolos da soberania, as instituições democraticamente eleitas e todo o país, particularmente nos momentos mais difíceis. Não há dúvidas de que a fase actual de maior teste para as FADM é o combate ao pseudo-exército de Nhongo no centro, e os insurgentes em Cabo Delgado. Ficamos satisfeitos ao ouvir na TV o Estado Maior falar da total disponibilidade das Forças de Defesa e segurança em apoiar o Estado na busca de soluções para desafios que afligem a todos, os de paz e estabilidade, daí, uma vez mais, Senhor Comandante em Chefe, o nosso apelo para que caso necessário, almoce mais vezes com as unidades e subunidades como aconteceu em Cabo Delgado, transmitindo e elevando dessa maneira os níveis do dever da defesa da pátria. Venha ele o inimigo donde vier. A luta deve terminar.

Cidades de Maputo e Matola

Passageiros de semi-colectivos não estão a usar máscaras

CONSTANTINO NOVELA

Se primeiramente eram os transportadores que não cumpriam com a medida de carregar 1/3 de passageiros, agora, com as novas medidas decretadas pelo Governo, são os passageiros que não usam máscaras durante as viagens. Os automobilistas e cobradores também não levam a sério essa medida. Prova maior é que não mandam descer o passageiro que não tem a máscara consigo. O perigo está à solta. O Governo determinou obrigatoriedade de uso de máscaras por parte dos passageiros dos transportes públicos e de semi-colectivos de passageiros. Entretanto, o Conselho Municipal da Cidade de Maputo está a desinfectar os transportes semi-colectivos de passageiros e nas paragens.

Quando o Governo anunciou o levantamento da medida de limitação à um terço da lotação máxima de cada viatura no âmbito da prevenção contra a Covid-19, os operadores do transporte público e semi-colectivo de passageiros consideraram um alívio. Mas aí surgiu outro problema. É que os passageiros não estão a levar a sério a medida de uso obrigatório das máscaras durante a viagem.

A única recomendação respeitada pelos transportadores semi-colectivos é levar passageiros para preencher os lugares da lotação normal do veículo, não permitindo, deste modo, entrada de pessoas para viajarem de pé. Nos autocarros já embarcam passageiros na lotação máxima, seguindo o relaxamento anunciado depois da sexta sessão extraordinária do Conselho de Ministros para o sector do transporte.

Um outro problema que remete os cidadãos à exposição e vulnerabilidade face ao Coronavírus é que as paragens continuam a registar aglomerado de pessoas à espera de transporte, não se obedecendo a regra de distanciamento até pelo menos 1 metro e meio.

Quando aparece um autocarro ou semi-colectivo de passageiros, as pessoas, aglomeram-se na porta de entrada, tentando embarcar, o que coloca em risco de contágio pela Covid 19.

Lavar as mãos depois e antes de embarcar, o que se verificava em algumas paragens de transporte público no

centro e arredores da Cidade de Maputo já não se verifica.

Justino Langa, cobrador de “chapa-cem” que faz transporte de passageiros na rota T3-Museu, ao parar na paragem da Entrepasto, no cruzamento entre as Avenidas 24 de Julho e Guerra Popular, esperou que descessem passageiros, para depois certificar os assentos que restavam para ser preenchido, só daí é que permitiu a entrada de novos passageiros. Ao Zambeze, disse que as novas medidas representam um passo positivo, porém, os lucros reduziram drasticamente.

“Levo apenas 15 pessoas por viagem, só resta uns mil ou mil quinhentos para o patrão e quando era um terço a situação era péssima”, disse Langa, motorista do transporte público que liga as Cidades de Maputo e Matola.

Basílio Cossa, cobrador de transporte semi-colectivo de passageiro que opera na rota Baixa-Malhazine, trazia consigo álcool em gel, que aplicava nas mãos sempre que quisesse cobrar dinheiro aos seus passageiros.

“Para além do álcool em gel, uso máscara durante as viagens e exijo que os passageiros usem também. Aliás, os passageiros que não têm máscara não embarcam no meu autocarro”, disse.

Entretanto, os transportadores que falaram com a nossa reportagem referiram que, apesar de serem medidas que lesam o seu negócio, para o bem dos passageiros, irão cumprir com as medidas de prevenção anunciadas pelas autoridades no âmbito do estado de emergência.



A Federação Moçambicana dos Transportadores Rodoviários (FEMATRO), através do seu Presidente Castigo Nhamani, diz ser um passo positivo as novas medidas tomadas e tornadas públicas pelo executi-

vo, ao fim de mais uma sessão extraordinária do Conselho de Ministros. Entretanto, Nhamani defende a necessidade de mais esclarecimentos por parte do Governo, porque, segundo suas palavras, os operado-

res continuam com prejuízos.

“O que nós temos que trocar em miúdos é mesmo uma questão de contas, porque nós estamos estes dias todos a trabalhar e a somar prejuízos, daí que eu digo, estamos aqui para poder receber a orientação em detalhes. Portanto, há muitos pormenores que nós temos que tratar, mas sempre no espírito de confiança de bons resultados que nós vamos alcançar neste trabalho que levamos a cabo com Governo”.

“Esta situação dos lugares sentados já é um alívio, porque em algumas situações era praticamente impossível para levar doze pessoas e doze pessoas por doze meticais estamos a falar de quase 144 meticais e isso só compra dois ou três litros de combustível e seria impossível trabalhar”.

FMI perdoa seis meses de serviço da dívida a Moçambique

O FMI anunciou, na segunda-feira, o perdão do serviço da dívida a 25 dos Estados mais pobres, incluindo Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, para lhes aliviar a dívida e facilitar a resposta ao impacto da pandemia.

A directora do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, adiantou, em comunicado, que a medida permite cobrir durante seis meses os reembolsos relativos à dívida destes Estados para com a instituição financeira e “afectar uma maior parte dos magros recursos (destes países) aos esforços em assuntos de urgência médica e ajuda”.

Este perdão é concedido graças à utilização de verbas de um fundo destinado a financiar acções de contenção de catástrofes e recuperação (CCRT, na sigla em inglês).

O CCRT pode actualmente garantir o perdão do serviço da dívida até 500 milhões de dólares (458 milhões de euros).

Os 25 Estados são Afeganistão, Benim, Burkina Faso,



Chade, Comores, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Haiti, Ilhas Salomão, Libéria, Madagáscar, Malawi, Mali, Moçambique, Nepal, Níger, República Cen-

tro-Africana, República Democrática do Congo, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Serra Leoa, Tadjiquistão, Togo e Iémen.

Transportes Públicos de Dondo

Ambiente de cortar à faca entre trabalhadores e município



JORDANE NHANE

Está instalado um ambiente de cortar à faca entre o Município e os Trabalhadores dos Transportes Públicos de Dondo (TPD). São mais de 90 trabalhadores que reclamam quatro meses de salários em atraso, referente aos anos 2017 e 2019, reclamam ainda o alegado alto índice e corrupção no Conselho Autárquico local, que envolve altos dirigentes. A direcção da empresa TPD-EP refuta as acusações e afirma que se trata de falsas denúncias provenientes de trabalhadores expulsos da empresa e outros com processos disciplinares em curso.

Segundo fontes, trata-se dos meses de Novembro e Dezembro de 2017, incluindo ainda os meses de Julho e Agosto de 2019, totalizando assim 4 meses de salários em atraso, ainda contam-se os subsídios em atraso. Os trabalhadores acusam os constantes desvios de valores monetários, cerca de 100 000, 00 meticais, que são desviados mensalmente a favor de altas figuras tidas como sendo da elite do Conselho Autárquico do Dondo. Os fundos são provenientes dos cofres do Estado com objectivos fundamentais de aliviar as despesas desta Empresa Municipal, desde o pagamento dos salários e as despesas de manutenção dos autocarros.

Fontes provenientes da empresa TPD-EM disseram ainda

que, de cerca de um milhão e noventa mil meticais que empresa TPD-EM (Transportes Públicos do Dondo - Empresa Municipal) recebe do Governo central, cerca de 10% dos valores são desviados a favor dos altos dirigentes, com o destaque para dirigentes do Conselho Autárquico do Dondo, causando assim um prejuízo enorme para os mais de 90 trabalhadores da empresa.

Temos em nosso poder uma carta-denúncia de três páginas feita pelos trabalhadores desta empresa municipal. O documento indica que, desde o início das funções da nova direcção, a empresa passou a ser usada como “palco de actos de corrupção”, prejudicando assim os interesses da maioria dos trabalhadores.

Escrevem ainda que esta empresa municipal, desde que

começou a trabalhar, nunca teve pelo menos um livro de cheque e sempre efectuou os pagamentos das suas despesas na base de transferências bancárias.

Estes e outros actos que contrariam o bom princípio do funcionamento desta empresa na qualidade de uma empresa do Estado, fazem notar, são desencadeados em primeira-mão pela própria direcção da empresa, junto de outros elementos que cujos nomes são mencionados na carta-denúncia, que entretanto omitimos pela presunção de inocência.

Num ambiente de revolta, os trabalhadores da TPD-EP dizem que, no mês de Março do ano 2019, a empresa lançou um concurso para vagas de Cobradores e Revisores, concorreram um número aproximado de 100 candidatos e os apurados supostamente pagaram suborno entre 10 a 20 mil meticais cada.

Segundo os trabalhadores da TPD-EP, existem ainda outros candidatos que não chegaram a ingressar nos quadros do pessoal da TPD-EP, mesmo depois de pagarem subornos, exigem agora o reembolso dos subornos.

Os trabalhadores apontam como sendo um caso estranho e insólito pelo facto de ter sido montada uma direcção que é

composta por elementos que estiveram a contas com a Justiça há dois anos, acabando por ter sido presos acusados das mesmas práticas ilícitas no desvio de fundos públicos, no mandato anterior da extinta TPD-EP.

Os mesmos avançam que, na tentativa dos trabalhadores da TPD, “pedirem socorro” ao Presidente do Conselho Autárquico de Dondo, Manuel Chaparica, foram enganados. As reivindicações, dizem, foram ignoradas pela edilidade.

Acusam o edil de estar a receber, em gesto de comissão e de uma forma fraudulenta, avultadas somas de dinheiro.

“O Presidente do Município do Dondo, o Senhor Manuel Chaparica, mesmo sabendo que está perante um grupo de pessoas de condutas duvidosas, decidiu nomeá-los para serem dirigentes desta empresa de Estado”, escrevem.

Direcção da empresa TPD-EP desmente as denúncias

Contactado pela nossa reportagem, Félix Domadoma, director da empresa TPD-EP, desmentiu todas acusações arroladas pelos trabalhadores desta empresa, afirmando que a denúncia foi feita por um grupo de trabalhadores descontentes.

E contra-ataca, alguns dos agora denunciados foram expulsos da empresa pelos actos de roubo de valores monetários da empresa, a partir das cobranças ilícitas nos autocarros da TPD-EP, estando ainda neste momento a elaboração de processos disciplinares contra outros trabalhadores infractores.

O director disse ainda que os fundos daquela empresa são movimentados a partir das contas bancárias na base dos três signatários da empresa, o que não dá espaço a qualquer operação de manobras fraudulentas a favor de figuras que não estejam directamente ligadas a empresa. Domadoma desafiou as entidades competentes a fazerem todo tipo de trabalho ligado a gestão dos fundos públicos naquela empresa.

Edil distancia-se das acusações dos trabalhadores da TPD-EP

Por sua vez, a nossa reportagem contactou ainda o edil local, Manuel Chaparica, que logo a primeira mostrou-se muito nervoso pelos factos arrolados na carta-denúncia, tendo primeiro iniciado por ameaças de recorrer a justiça se a notícia fosse tornada pública. Depois de muita insistência, Manuel Chaparica partiu por muitas palavras violentas que não cabem mencionar nesta reportagem, com o destaque para as seguintes palavras: “Amigo, tenhas muito cuidado comigo, OK?”.

Momentos depois, o edil tentou mostrar-se pouco calmo. Então afirmou que, na qualidade de edil do Dondo, nunca recebeu nem 50 centavos se quer da empresa TPD-EP e nunca aceitaria receber valores de subornos de ninguém da referida empresa.

Chaparica disse que a empresa TPD é de gestão autónoma e que nunca pode pagar valores monetários indevidos ao edil local. E por fim, Manuel Chaparica disse que as portas da Contabilidade da empresa TPD-EP estão abertas para quem quiser fazer o seu trabalho investigativo para apurar a veracidade dos factos arrolados na referida carta-denúncia.

Sobre o sentido e o valor do relaxamento das medidas em tempo de estado de emergência

ALBERTO LOTE TCHECO

A medida de “relaxamento” da medida de 1/3 para o número legal do limite de cada viatura de passageiros a transportar pelos serviços públicos e privados por razões que não sejam do relaxamento da causa (prevenção e combate à Covid-19) que ditou a declaração do estado de emergência oferece-se para uma reflexão sobre a competência de quem tomara esta medida de implementação (regulamentação) da declaração do chefe de estado, o presidente Jacinto Nyusi, sobre este dispositivo legal.

O estado de emergência constitui a medida mais extrema tomada pelo chefe de estado e ratificado pelo parlamento, ditado por uma grave calamidade como esta de pandemia de Covid-19. Esta situação significa que a tomada desta medida acontece depois de uma ponderação profunda por quem tem este dever e direito de o tomar e, por esta tomada pelo chefe de estado, a medida foi necessária e oportuna, daí a unanimidade das sempre desavindas bancadas parlamentares em votá-la favoravelmente.

O mais alto magistrado da nação apresentou lei em termos gerais, remetendo-se a sua especificação ao governo, isto é, para que o governo a operacionalizasse de modo a ser entendido e praticável por todos os abrangidos, os que devem-na observar / cumprir e, no caso de a contrariar, serem criminalmente responsabilizados pelo crime de desobediência previsto no Código Penal.

Foi, pois, no âmbito da regulamentação desta declaração de estado de emergência que o governo determinou que os transportes de passageiros, públicos e privados, deviam limitar para 1/3 o número de passageiros a transportar.

Deve se observar que a regulamentação desta lei (declaração) pelo governo deve merecer a mesma atenção séria, profunda e sábia de quem deve o fazer, daí que, ao se tomar aquela medida numérica, muitos, como nós, confiámos nessa sábia competência governamental sobre esta matéria de maior gravidade pese embora algumas críticas. Observa-se que, momentos antes desta declaração pelo chefe de estado, muitas vezes abalizadas já avisavam que as medidas deviam ser razoáveis, tendo em conta o contexto socioeconómico do país onde, nas cidades, muitas

famílias são “diaristas”, isto é, alimentam-se, em cada dia, por aquilo que colhem nesse dia, e que se lhes impuser uma medida de permanência em casa (lockdown), como foi no nosso vizinho África do Sul, as pessoas, em vez de morrerem de Covid-19, morreriam de fome. Estes avisos serviram para que o chefe de estado ponderasse a sua decisão. De facto, o presidente apareceu com uma proposta razoável, de aplicar o nível 3 e foi saudado por todos por essa inteligência.

As coisas começam a complicar-se momentos (dias) depois. Primeiro, foi a duplicação da mesma lei, aparecendo em documentos em datas oficiais diferentes em datas desajustadas, como pudemos ouvir dos deputados e dos comentaristas de Pontos de Vista, do STV, em que os três são os representantes das três bancadas parlamentares, nomeadamente, a Frelimo, a Renamo e o MDM. Ficou-se a saber que a lei havia sido mandada publicar antes de ser ratificado pelo Parlamento e a única justificação conciliatória foi de “culpar” a urgência para se conter o mal. Ora, uma urgência que “atrapalha” o cumprimento rigoroso da lei, isto é, que leva a que sejam violados os trâmites legais para a sua aplicação, não deve ser minimizada em nome da gravidade da situação prevalente. Um dia ou menos dia pode não fazer nenhuma diferença combate ao mal em vista. Aqueles dispositivos legais de tramitação não foram ali colocados para enfeitar e puderem ser aplicados ao sabor ao critério de quem assim julgar. Eles servem para, nesses momentos cruciais, impedirem-se a tomada de medidas irracionais e graves contra o estado, o país e o povo. Se, agora, felizmente, podemos aplaudir a razoabilidade, a inteligência e o patriotismo da lei, o mesmo que de quem a declarou, o pre-



sidente Jacinto Nyusi, devemos também desconfiarmos que, noutras circunstâncias, aquelas qualidades da lei e da pessoa podiam ser questionadas e mesmo ausentes. Uma lei tem um carácter proactivo ou preventivo. Muitas vezes, ainda que bem-intencionado, algum dirigente pode tomar uma medida errónea ou, consciente e maldosamente, aproveitar-se da situação e tomar uma outra que seja contra o próprio estado e o seu povo. São muitos os governantes, em muitos países, que se servem duma situação calamitosa para alcançar os seus interesses egocêntricos, oportunistas e partidários. Não é por acaso que, já no Parlamento, em debate desta declaração, os deputados avisaram para que a estado de emergência não seja uma oportunidade para o abuso e violação conscientes dos direitos humanos.

Este nosso desvio discursivo serve para se alcançar o sentido e o valor da alteração da medida de 1/3, de relaxamento, antes que a própria pandemia desse algum sinal nesse sentido, mas o contrário, pois, os números dos infectados estavam / estão crescendo. A gravidade e seriedade das medidas dum estado de emergência não são tomadas de ânimo leve. É por isso que, perante esta medida, ainda que parecesse a muitos, tratar-

-se de uma medida extrema e incompreensível, prevaleceu, em muitos, a crença de que o governo sabe melhor o que convém ao povo em momentos de crise como esta. É um pouco semelhante ao momento de combate em que os soldados, sem pestanejar, devem executar as ordens do seu comandante como condição para se salvarem ou vencer a batalha. Por isso, dada a complexidade e gravidade desta medida na vida das populações, era de se esperarem os seguintes cenários em cadeia: 1. Os transportadores ir-se-iam revoltar contra a medida, arrumando os seus veículos enquanto outros iriam violar a medida, fazendo-se à estrada, transportando passageiros como vinham fazendo; 2. A população, por falta de transporte, iria igualmente se enfurecer contra a medida e as autoridades pois, não se tendo declarado o lockdown, tinha que se deslocar, por vários motivos, sendo o mais principal, para o serviço ou para o local de actividades do seu ganho diário e 4. As autoridades, reconhecendo previamente estes cenários, fazer-se-ia às ruas a fim de impor ordem (cumprimento da medida), servindo-se de todos os meios repressivos necessários que um estado de emergência permite para o cumprimento da lei.

De facto, na realidade, os transportadores, as populações e as autoridades reagiram conforme o previsto. Ainda para os que confiavam na seriedade e inteligência do Governo, acreditaram que aquela medida de 1/3 era uma forma ligeira de lockdown, entendendo-se que o que, realmente, o governo queria era que as pessoas ficassem em casa sem se importar das consequências de cada uma das pessoas na sua vida profissional ou de saúde, pois, com todos os transportes paralisados, os doentes graves teriam igualmente dificuldades de chegarem aos hospitais. Outros, ainda em voto de confiança ao Governo na sua intenção de combater à pandemia por esta medida de 1/3, acreditavam ou sugeriam que o Governo devia financiar os transportadores em aquisição de combustível e/ou de outras formas. Porém, nenhuma sugestão era sinalizada e os porta-vozes interministeriais diários sobre a gestão das medidas do Covid-19, assim como a polícia, reforçavam a tese de que a lei de 1/3 deve ser cumprida, pois o que mais importava, e que por aquela lei se permitia, é a prevenção contra o Covid-19, ou seja, a vida. Perante este ambiente dilemático, prevalecia a tese de que o governo havia declarado indirectamente um lockdown.

Ao mesmo tempo, os atingidos, diariamente, elevavam as suas vozes e atitudes contestatárias, desafiando as autoridades que foram fazendo detenções por todo o país, desde os transportadores e proprietários de barracas e outros estabelecimentos comerciais. Mas foram os mototaxistas e bicicletaxistas que mais alto e publicamente desafiaram as autoridades, chegando-se ao ponto de se registarem, diariamente, violências de rua, com fogos, pedradas, disparos e outras acções.

Este cenário não era, de maneira nenhuma, imprevisível por isso, o que se esperava era que as autoridades fossem se reunindo de mais meios ao ponto convencer, pela força, os desobedientes, de que a lei é para ser cumprida, especialmente, no estado de emergência. Nunca passou, pela cabeça de muitos, que quem tivesse tomado esta medida de 1/3 não tivesse previsto estes cenários todos os países, incluindo a África do Sul, onde são militares, de armas em punho, a patrulhar as ruas e reprimindo os desobedientes. Era deste género que se esperava para a implementação da medida de 1/3 pois tê-la-ia sido tomada com base no conhecimento das suas implicações. É que, em medidas de estado de emergência, não há, normalmente, uma meia volta antes ou relaxamento antes que a sua causa relaxe primeiro.

O estado de emergência, o momento de limitação de alguns direitos constitucionais, é aquele em que o Estado demonstra o seu poder de impor a ordem por um bem maior e as pessoas, mesmo as que ficam prejudicadas pela medida, entendem-na e se dispõem a cumpri-la ainda que à força. É o momento em que a ordem, o bem maior, tem de prevalecer, em que o Governo não pode hesitar em implementar as medidas tomadas pois, acredita-se, as mesmas teriam sido tomadas depois de, em última instância, para salvar um bem maior, a vida de muitos. Uma hesitação por parte de quem se espera uma determinação ponderada, sabia e oportuna em tomar e implementar a medida, como a de um comandante em pleno combate, pode ser fatal ou de consequências semelhantes.

E o que aconteceu? O Governo relaxou as medidas, entre elas, esta de 1/3, permitindo que os transportadores levassem passageiros até ao número limite legal da capacidade do autocarro ainda que na condição de os utentes estarem de máscaras, mas numa altura

em que a Covid-19 aumenta o seu impacto infeccionatório. A medida foi saudada por todos, em especial, os protagonistas da contestação, os mototaxistas e bicicletaxistas. E é aqui onde se pode questionar a gestão do título, sobre do sentido e valor deste relaxamento para as populações e outros. O povo (utentes e transportadores) deve / parece entender este relaxamento, por acontecer depois das acções reivindicativas de natureza violenta, opondo as autoridades e os mototaxistas; depois de os proprietários das barracas serem detidos; depois de muitos proprietários de transporte desafiarem as autoridades e continuarem o transporte em números proibidos e outros boicotarem o transporte,

trazer, em termos de obediência, para as futuras medidas necessárias? O que pode vir a acontecer se, algum dia, o estado declarar o lockdown?

Deixando estas questões para o próprio governo as gerir, interessa-nos aqui descobrir o sentido e o valor deste ambiente causador e resultante deste relaxamento de 1/3 para as populações. Trata-se de um significado de muito alcance que devia ser assumido por quem deseja e acredita que o povo deve ser o verdadeiro artífice do seu destino, o destinador da governação, isto é, aquele que influencia, de forma determinante, os governantes porque possui o poder de julgar e agir segundo os seus ditames, porque estes passam a temer

ciência cívica e política das populações para o “nível 4”, isto é: 1. O reconhecimento de que o governo (partido) pode errar pois é constituído por homens e todo o homem erra. O governo não é um deus e nem é representante, na terra, deste. O dito “clamor” do povo era previsível minutos depois de a porta-voz do Conselho de Ministros anunciar a medida de 1/3; 2. A consciência de que as autoridades podem reprimir por uma medida injusta ou inadequada. Muitos mototaxistas e outros transportadores foram reprimidos violentamente na base de uma medida que, dias depois, seria emendada porque o seu tomador já a considera inadequada, antes que desse o devido efeito para o qual fora

pulações eduma importância crucial na democratização da sociedade pois elas passam a confiar mais em si mesma no seu julgamento e nas acções a tomar para condicionar as políticas dos seus governantes. É que todos os governos difundem a cultura de que são os únicos representantes do povo, isto é, que eles mesmos são o povo quando, não raras vezes, não o são. Não significa isto que não possam representar, em algum momento as melhores opções dos seus povos, mas estes nunca devem relaxar na vigilância aos seus representantes para, sempre que estes se desviarem, elas puxarem as responsabilidades de correcção e direcção para si mesmas através de acções que julgarem convenientes.

É este pois o valor da medida de relaxamento de 1/3 e que quem a tomou também merece igualmente, por isso, uma salva pois, além de ter permitido, mesmo que inconscientemente, esta lição crucial que vai determinar, doravante, o comportamento popular activo, deve ser a expressão de valorização da superioridade da vontade popular e da sua humildade para não ter que manter alguma medida julgada inadequada somente para uma questão de orgulho.

Diz-se que em tempos de crise produzem e se colhem resultados fracturantes e este passo decisivo democratizante acontecido nesta crise de Covid-19, deve se um desses elementos revolucionários. Já lá vai o momento em que o povo se levantou contra o colonialismo e lutou pela sua independência nacional e ganhamos a responsabilidade de sermos, nós próprios, os autores das nossas vidas ou destinos. Já lá vai também o momento em que outros moçambicanos pegaram em armas e lutaram contra os seus irmãos para a insaturação da democracia multipartidária, com todos os seus ingredientes correlativos de liberdades variadas e agora gozamo-las. Mas, como a construção do bem-estar é uma caminhada em aberto, agora, construiu-se mais esta janela em que as populações anónimas, sem lideranças políticas partidárias, em ambientes ad hoc, elas próprias, têm de assumir o seu destino e lutar por ele. Trata-se de uma reacção popular que deve agradecer sobremaneira o marxista Marcelino, do paraíso comunista, onde deve estar, ao ver a população a desafiar a classe dominante (governativa).

Este é, pois, o outro sentido e valor do relaxamento de 1/3.



arrumando os seus veículos; depois de os utentes dos mesmos serviços de transportes manifestarem criticamente a medida e simpatizarem com os reivindicadores, etc., que o relaxamento é uma vitória à sua luta justa e violenta. Deve entender que sem esta sua luta, o governo não teria feito o dito relaxamento que, para eles, é uma atitude de quem perdeu a batalha, recuando. No mínimo, dando voto ao governo, alguns entendem que se tratou de um erro de que decretou a medida e que, vendo, depois, o clamor (metáfora de manifestação e reivindicação) das populações, teria então reconsiderado, por ser movido pelo desejo de servir o mesmo povo das melhores formas. Mas esta atitude levanta questões sérias e graves: Como é que o governo tomou tal medida para depois a relaxar antes do relaxamento da pandemia que está em crescendo? Será que não previu o que qualquer cidadão comum pôde? Que implicações pode

o povo por este pensar, julgar e agir quem os repreende / governa ao ponto de condicionar as políticas / medidas governamentais. Este nível de ser, estar e fazer do povo deve ser o que um verdadeiro político democrata deve desejar, que o povo esteja acima dos interesses partidários e governamentais e, por si mesmo, ser capaz de actuar sempre que necessário para o seu próprio bem. O povo sabe e tem sempre razão e apoio as medidas boas, justas e oportunas do Governo. Por exemplo, antes e depois do Presidente da República declarar o estado de emergência, muitos entendiam que se tratava de lockdown e estavam dispostos a dura acatar a medida por um bem maior, a vida, ainda que algumas reivindicações inevitáveis acontecessem aqui e ali. Esperam que acontecesse igual ao que já sucede em muitos países pelo mundo fora.

Mas tivemos este relaxamento cujo valor é de se assinalar: A elevação da cons-

tomada: o relaxamento da pandemia. Nesta base, as medidas governamentais, ao mesmo tempo que podem merecer a confiança popular, devem também ser vistas de forma desconfiada e questionadas para merecerem acertos ou mesmo o seu banimento; 3. A vontade e disposição popular de enfrentar a repressão das autoridades sempre que as suas medidas forem injustas, inoportunas e/ou antissociais. Doravante, podemos assistir a reacções populares, sem que tenha de ser de forma violenta, para chamar os seus governantes à razoabilidade. Neste âmbito, a espontaneidade e a dispensa de lideranças burocráticas, manipuladoras e comprometidas de certas sociedades civis podem ser substituídas por comissões ad hoc, formadas no terreno das operações e, em tempo oportuno, fazer-se a necessária batalha; e 4. A certeza da vitória popular pela justiça na base de sacrifícios colectivos.

Estas são ilações das po-



JOSÉ MATLHOMBE

Zoom

MISA preocupado com desaparecimento do Jornalista da Rádio Comunitária de Palma

O MISA-Moçambique manifesta a sua preocupação com informações dando conta do desaparecimento do jornalista e locutor da Rádio Comunitária de Palma, em Cabo Delgado, Ibraimo Abu Mbaruco.

Ao que o MISA-Moçambique apurou, Ibraimo Mbaruco saiu de casa para a Rádio por volta das 15:00 horas do dia 7 de Abril em curso, onde esteve a trabalhar até cerca das 18:00 horas do mesmo dia.

O jornalista teria sido sequestrado quando regressava a casa, entre as 18:00 e 19:00 horas. Momentos antes, Ibraimo Mbaruco teria enviado uma curta mensagem (SMS) a um dos seus colegas de trabalho, informando que “estava cercado por militares”. A partir desse momento, não mais atendeu às chamadas, embora o seu telefone continuasse a dar sinal de estar ainda comunicável.

“Estamos a ligar para ele desde o dia em que desapareceu, mas não atende as chamadas. A família também não o consegue

contactar”, confirmou um dos amigos do jornalista, que afirma que imediatamente após o seu desaparecimento, os seus colegas da Rádio e familiares contactaram o Administrador Distrital, o Comando Distrital da Polícia da República de Moçambique (PRM) e a Secretária Permanente Distrital.

Uma breve investigação do MISA-Moçambique conseguiu apurar que Ibraimo Mbaruco não se encontra no quartel de Palma.

O MISA-Moçambique lamenta a ocorrência e apela às autoridades do Governo para que usem todos os meios para permitir que o jornalista seja restituído à liberdade.

Actos de violência e detenções arbitrarias de jornalistas contrariam todos os princípios de uma democracia ancorada na supremacia da Lei e no respeito pelos direitos humanos, e violam, de forma flagrante, todas as disposições da Constituição da República de Moçambique, no que diz respeito à liberdade de expressão e liberdade de imprensa.



Na cidade da Beira

Cornelder apoia produção de máscaras

A Cornelder de Moçambique, SA, concessionária dos terminais de contentores e de carga geral do Porto da Beira, no quadro da sua responsabilidade social empresarial, está a desenvolver, desde a semana finda, um projecto de produção local de máscaras e viseiras denominado “Juntos Contra a COVID-19”, que envolve associações sem fins lucrativos vocacionadas em actividades de corte e costura, seguindo as últimas recomendações emitidas pela Organização Mundial da Saúde – OMS e os decretos produzidos pelo Governo no âmbito do Estado de Emergência.

Numa primeira fase, a CdM adquiriu 60 máquinas de costura, entregues a título definitivo a seis associações, nomeadamente, Young Africa, Renascer do Sol, Restaurando Sonhos e as Paróquias São José da Munhava, Macuti e Matacuane, que receberam também matéria-prima para a produção de 2.000 máscaras e viseiras de protecção por dia que, por sua vez, serão distribuídas gratuitamente em sectores onde há um grande potencial de propagação, como mercados formais e informais, transportes colectivos e semi-colectivos, transportadores de carga, profissionais de comunicação social e outros agentes públicos que trabalham,

directamente, com a população.

Jan de Vries, administrador delegado da Cornelder, assegurou que de forma preventiva este projecto pretende estar à frente de uma não desejável, mas eventual eclosão massiva de casos da doença no país e as soluções locais são recomendadas, quando se sabe das carências deste tipo de equipamentos de protecção em todo o mundo.

“Sabemos que até então não houve registo de nenhum caso de infecção pelo novo coronavírus na Cidade da Beira, mas a experiência dos outros países nos ensina que, provavelmente, trata-se de uma questão de tempo, então temos que nos antecipar e cortar esta cadeia de propagação, antes mesmo de come-



çar. Neste projecto, deverão inicialmente ser contempladas as pessoas que, pela natureza do seu trabalho, estão em contacto frequente com

várias pessoas”, concluiu.

A Cornelder de Moçambique, ainda no âmbito do combate à pandemia, canalizou recentemente apoio diverso

ao Hospital Central da Beira, concretamente o fornecimento de tanques e baldes para lavagem das mãos e diverso equipamento de protecção.

Comercial

JÁ HÁ COVID-19 EM MOÇAMBIQUE

Vamos cumprir as regras de prevenção protegendo a si e ao próximo.

JUNTOS VENCEREMOS.

Nova Democracia é o movimento, nosso partido é MOÇAMBIQUE

Para jovens de Manica

ADE vai investir mais de sete milhões em agronegócio

KELLY MWENDA

Agência para o Desenvolvimento e Empreendedorismo (ADE) projecta investir, nos próximos dois anos, sete milhões de meticais e trezentos e sessenta mil meticais para financiar projectos que tem a ver com polos de incubação e inovação na cadeia de valor de agronegócios para os jovens da província de Manica, de modo a contribuir para a redução do índice de desemprego no país.

A informação foi facultada em conferência de imprensa pelo Director executivo da ADE, Policarpo Tamele, aquando da sua visita de monitoria de nove dias a província central moçambicana de Manica, local que será palco do primeiro fórum do agronegócio, inovação e ligação aos mercados, com objectivos de investir no desenvolvimento rural e criar feira agropecuária e cidadania activa na província.

A iniciativa surge numa altura em que o programa quinquenal do Governo preconiza, entre outros aspectos, a criação de três milhões de postos de emprego ao nível do país, pois a ADE em parceria com a ARO Moçambique intervêm nesta perspectiva, apostando em projectos estruturantes, abraçando políticas concretas que estimulem e agreguem novas cadeias de valor agrícola, com enfoque no empoderamento dos jovens, mulheres e pequenos produtores para criar renda aos cidadãos nacionais.

Policarpo Tamele afirmou que neste momento cerca de trinta jovens estão a ser treinados no distrito de Bárue, povoado de Massimire, em matéria agropecuária, concretamente

em criação de gado suíno e caprino, pois a organização trabalha também com o distrito de Machaze a sul da província de Manica, na área de produção e fomento de castanha de caju.

“Numa perspectiva de géneros, cinquenta por cento são mulheres e cinquenta por cento são jovens, que decidiram abraçar essa iniciativa. O processo já está a decorrer, em menos de um mês eles já estarão prontos para aliar a teoria e a prática, estão no campo de demonstração, então nós queremos mostrar e incutir nos jovens que a agricultura, o agronegócio, é uma forma de empregabilidade, é uma fonte de criar riqueza e posto de emprego, mais do que nunca, é necessária que os jovens se sintam enquadrados, acomodados e possa ter ganhos nesse sentido”, disse Policarpo Tamele, Director Executivo da ADE Moçambique.

Há maior parte dos empreendedores da província de Manica tem falta de financiamentos para sustentar os seus negócios, por isso que a ADE e a Paulinho Microcrédito do distrito de Manica, posto administrativo de Messica, como uma entidade regulada pelo banco de Moçambique, vão assinar um memorando que vai criar um consórcio para finan-



ciar os projectos de empreendedorismo dos jovens recém-graduados com baixas taxas de juros, diferente dos bancos comerciais de Moçambique.

Tamele fala ainda que a ADE em parceria com a ARO Moçambique pretende investir nos próximos dois anos cerca de duzentos e cinquenta mil dólares americanos para projectos de envolvimento de jovens com formação em empreendedorismo e agronegócio na província de Manica.

“Ao nível da província de

Manica, temos cerca de quatrocentos e sessenta e quatro jovens que serão como replica para autoemprego em termos de abrangência desta camada social, nós poderemos criar até os próximos dois anos a partir de agora, teremos um indicador tangível de cerca de três mil que vão beneficiar dos projectos de agronegócios ao nível da província de Manica”, afirmou ainda o director executivo da ADE Moçambique, Policarpo Tamele em torno de cria-

ção de postos de empregos nos próximos dois anos no país.

O primeiro fórum de agronegócios e inovação da ADE em Moçambique realizar-se-á no distrito de Bárue, na vila autárquica de Catandica em Manica entre os dias trinta de Abril a dois de Maio do ano em curso com objectivos de criar um ambiente saudável dos jovens empreendedores da província rumo ao desenvolvimento rural do país em geral.

Comercial

ANUNCIE NO
ZAMBEZE

Departamento Comercial

Contactos: (+258) 82 307 3450
(+258) 824576070 | (+258) 84 269 8181
E-mail: esmelifania2002@gmail.com
esmelifania2002@yahoo.com.br



Mexer e a Covid-19

Temos que tomar muito cuidado e sermos sérios

O de f e s a central internacional moçambicano Mexer Siteo considera que há alguns moçambicanos que ainda não estão a levar

muito a sério a pandemia da Covid-19. Toman-do como exemplo a França, Mexer diz que é necessário que os moçambicanos tomem medidas, porque o perigo de a situação deteriorar-se é real.

O central moçambicano está no país que o viu a nascer e aceitou trocar um dedo de conversa com o nosso semanário, tendo sido o tema principal a pandemia provocada pelo novo coronavírus. Para já, a fonte disse que não há previsão do seu r e -

gresso à França, país em que joga.

Acompanha alguns trechos da conversa:

Mexer vem de um país severamente fustigado pelo novo coronavírus e tem relatos reais. Que mensagem pode deixar para os moçambicanos?

É uma realidade que se está a viver e temos que tomar medidas de preocupação. Tenho notado que Moçambique ainda não foi muito abrangido e as pessoas estão muito calmas, mas é uma realidade. Eu estava na França e vi coisas extraordinárias. Saí antes da coisa se espalhar muito, mas tenho acompanhado através dos meus colegas que tem dado informações de que a coisa está pior e aqui temos que tomar muitos cuidados e sermos sérios.

Tem alguma previsão do regresso à França?

Não há data prevista, porque, primeiramente, vim aqui visitar a minha mãe, que se encontra doente, mas por este caso acabei ficando mais tempo que não era previsto e a medida que o tempo vão dando informações se calhar quando voltarem a abrir fronteiras, e tudo mais, vou saber. Os meus colegas a sua maioria está lá.

Esta paragem o que vai significar para um atleta profissional?

Vai ser muito complicado, mas temos trabalhado individualmente. Temos um plano de treino que o clube manda para cada atleta, é o que tenho vindo a fazer. Faço isso em casa e nos momentos mais calmos e acho que isso vai ajudar muito. Mas vai atrasar muito para muitos atletas.

Acredita que esta época haverá futebol de volta e teremos campeões em campo?

Vai ser muito complicado. Há campeonatos que não pararam e isso acaba desequilibrando.

A nível pessoal qual é a expectativa?

Não sei dizer, está tudo baralhado.

Muitos clubes, particularmente portugueses e espanhóis, estão a entrar em regime de Lay-off, estão a fazer cortes salariais, vocês já foram comunicados?

Pois, penso que isso vai ser para toda gente. Já fomos avisados que teremos cortes de 30 a 70 por cento. Acho que isso vai abranger todos os clubes.

A nível da selecção nacional o que é que isso tudo vai significar? Estávamos numa fase em que entrávamos para jogos de qualificação para CAN ou Mundial e de repente tudo fica parado.

Acaba desequilibrando o trabalho feito, porque vínhamos fazendo bom trabalho, muitos novos a aparecer. Mas como temos uma equipa jovem, jogadores novos a aparecer, penso que tem vontade de trabalhar e tínhamos um bom ritmo e resultados. Teremos que trabalhar para que quando chegar o momento possamos dar a resposta.



Segundo o Centro para Democracia e Desenvolvimento

Banco de Moçambique se contradiz

DÁVIO DAVID

O Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) defende que há contradições do Banco de Moçambique relativamente ao processo de injeção de liquidez no sistema financeiro moçambicano. Segundo o CDD, as recentes medidas do Banco Central fizeram com que os empréstimos bancários se tornassem mais caros para às empresas e famílias moçambicanas.

Paira um “mar de incertezas” para as famílias moçambicanas, sobretudo depois da Conferência das Associações Económicas (CTA) vir ao público recentemente a recomendar ao patronato nacional a suspensão de contratos de trabalho durante seis meses prorrogáveis em função da evolução da pandemia da Covid-19.

De acordo com a CTA, o impacto da Covid-19 impõe a adopção de um pacote de medidas com especial atenção para os sectores do Turismo, Transportes, Indústria, Agricultura e Construção por serem os sectores mais afectados.

Para estes sectores em específico, a CTA propôs a adopção de medidas fiscais que consistem no adiamento do pagamento do IRPC referente ao exercício de 2020 para 2021, e a suspensão dos contratos de

trabalho por 6 meses prorrogáveis em função da evolução da pandemia nos próximos meses.

“Quanto a medida referente ao alívio da carga salarial das empresas por 6 meses, estima-se que tenha um custo social de USD 49 Milhões, o equivalente ao valor da massa salarial destes sectores por 6 meses. No total, o pacote de medidas imediatas a serem implementadas para os sectores prioritários tem um custo de USD 355 Milhões. Contudo, caso a situação se agrave, estas medidas deverão ser aplicadas para todos os sectores económicos, sendo que o custo das medidas poderá ser 9 vezes maior, ascendo a aproximadamente USD 3 Biliões”, defende a CTA.

Entretanto, o CDD veio ao público explicar que uma das acções administrativas que consta do Decreto no 12/2020, do Conselho de Ministros, de 2 de Abril sobre a Declaração do



Estado Emergência, e a adopção de medidas de política fiscal e monetária sustentáveis para apoiar (somente) o sector privado a enfrentar o impacto económico da pandemia da covid-19.

A contradição do BM

Nesta senda, o CDD manifesta a sua preocupação pelo facto de que depois de três intervenções “tímidas” conducentes a libertar maior liquidez ao sistema financeiro nacional, particularmente,

ao sistema bancário, o Banco Central, em conjunto com a Associação Moçambicana de Bancos (AMB), anunciou que a prime rate sobe pela primeira vez em cinco meses passando de 18% para 18.4% numa medida que é completamente contrária a ideia de injeção de liquidez no sistema financeiro.

Para o CDD, salvar a vida dos moçambicanos “é mais importante que garantir os objectivos de estabilização do sistema financeiro e dos preços da economia”.

“Portanto, de uma forma simples, o que Banco de Moçambique fez é o seguinte: primeiro implementou um conjunto de medidas de políticas monetárias expansionistas, incluindo a redução da taxa de reserva obrigatórias, que faz com os bancos comerciais e outras instituições financeiras tenham mais dinheiro disponível para conceder empréstimos às empresas e às famílias. No entanto, logo a seguir, numa acção que contraria completamente a ideia de injeção de liquidez no sistema financeiro nacional, o Banco de Moçambique aumenta a prime rate, significando que o custo dos empréstimos bancários fica mais caro para as empresas e famílias”, alega o CDD.

Esta situação de acordo com CDD, põe em risco a disponibilidade de liquidez que nesta altura de crise é vital para a manutenção do funcionamento da economia através do apoio a tesouraria das empresas para que sobrevivam aos efeitos negativos da pandemia da covid-19 e, dessa forma, não haja desemprego, escassez de produtos básicos e subida do nível geral de preços na economia.

Adiamento de investimento

Instituto Nacional de Petróleos zangado com ExxonMobil

O Instituto Nacional de Petróleos (INP) manifestou-se desapontado com o adiamento da decisão final de investimento da ExxonMobil para o seu megaprojecto de gás natural no Norte de Moçambique, onde a portuguesa Galp é parceira.

“Estamos naturalmente desapontados, mas, como sabe, a decisão final de investimento é tomada pelos investidores tendo sempre em conta as condições objectivas [mercado e outros]”, lê-se numa



nota do INP em resposta a questões colocadas pela Lusa.

O adiamento, sem prazo, deve-se a um corte da ExxonMobil em 2020 nas despesas de capital em 30% e nas despesas operacionais em 15% devido à queda dos preços do petróleo e derivados - provocada pelo excesso de oferta e baixa procura, com a pandemia de covid-19 -, anunciou na semana passada a petrolífera norte-americana.

Para o INP, o adiamento da decisão final de investimento terá como consequência imediata o atraso do início na implementação do Projecto Rovuma LNG e exportação de GNL, inicialmente prevista para 2025.

“As autoridades continuarão a acompanhar de perto o desenrolar dos acontecimentos e prestar todo o apoio necessário às companhias que operam em Moçambique, facilitando as condições necessárias para reduzir o impacto da desaceleração da implementação dos projectos”, acrescenta o INP.

A Área 4 é operada pela Mozambique Rovuma Venture (MRV), uma ‘joint venture’ em co-propriedade da ExxonMobil, Eni e CNPC (China), que detém 70 por cento de interesse participativo no contrato de concessão.

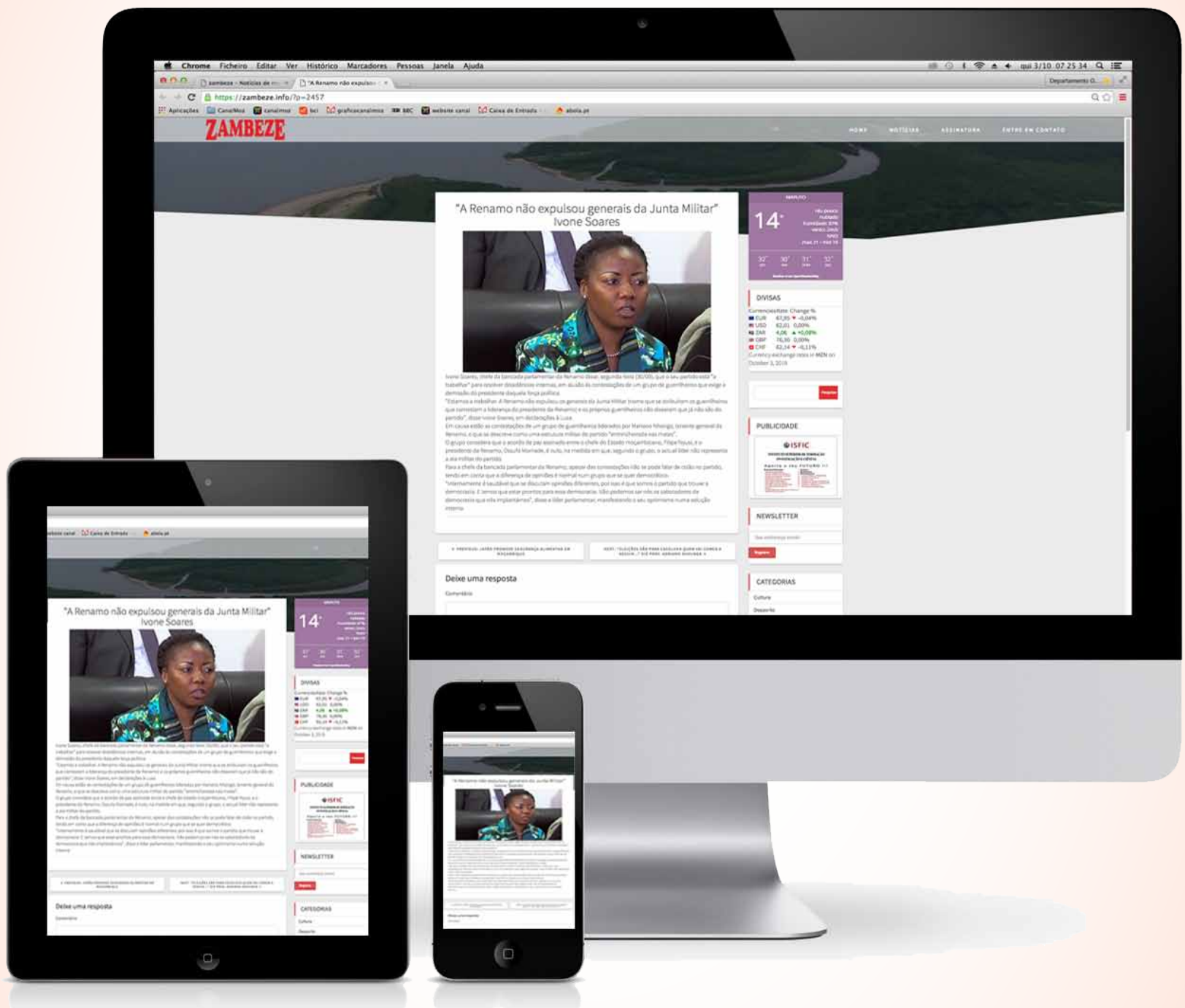
A Galp, KOGAS (Coreia do Sul) e a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (Moçambique) detêm cada uma participações de 10%.

A ExxonMobil vai liderar a construção e operação das unidades de produção de gás natural liquefeito e infra-estruturas relacionadas em nome da MRV, e a Eni vai liderar a construção e operação das infra-estruturas upstream (a montante).

O empreendimento está avaliado entre 20 a 25 mil milhões de dólares (18,3 a 23 mil milhões de euros) e é um dos maiores previstos para África.

Zambeze.info

disponível



Caro leitor, o leito do **Zambeze** está cada vez mais navegável. Acompanhe, diariamente, as últimas notícias *on line* no seguinte endereço: www.zambeze.info

Craveirinha ressurgue com “Plebiscito”

A Fundação José Craveirinha lança, em breve, o livro “Plebiscito”, de 250 páginas, a ser lançado em Maio, em Maputo, como forma de lembrar o poeta mor. A publicação reúne 200 poemas publicados depois da revolução dos cravos, em 1974. O organizador da mesma, o filho Zeca Craveirinha, indica que o autor faz prognósticos de factos que hoje se tornaram realidade.

De acordo com Zeca, “Plebiscito” circunscreve-se nas várias acções que terão lugar ao longo do ano, cujo objectivo é preservar a memória do poeta, que em 2022, se estivesse vivo, faria 100 anos.

De igual modo, a Fundação José Craveirinha planeja ver o memorial e o centro de estudo erguidos junto ao Estádio Nacional do Zimpeto.

Um poeta em cheio

Indubitavelmente, o melhor entre os melhores poetas

do universo, José Craveirinha, retomando Herberto Helder, poder-se-á dizer que tem uma poesia que se recheia de uma simbologia corporal, aliás, podemos entender que o corpo é o enredo unificador do tecido universal, a instância de onde emergem a polifonia pulsional, os, as, a proliferação reiterativa, uma muito específica violência, a ironia, a resignação, insistentemente, afirmativa, o teatro e o silêncio da linguagem.

Há, em Craveirinha, palavras que vêm de longe, mas numa viagem magnífica e memorável. Disso se dá conta Craveirinha quando afirma “a linguagem é que me trabalha a mim”. A linguagem, no entender de Herberto Helder, em operações semióticas (pulsão, diferenciais fónicos, entoações e frases, bem como boas sequências).

Na verdade, a entoação pontual do texto, encandeia o teatro do som, substância vocalizada.

Vai se tornando imagem e ape-la para um trabalho do olhar. A linguagem que vinca surge de uma sexualidade ritmada, de uma jubilação oficial.

O testemunho desta afirmação está em Karingana Wa Karingana, Edições 70, Lisboa 1984: “Negro chope/subnutrido canta na noite de Lua Cheia/e na cúmplice timbila/entoa os ritmos dolorosos do pesadelo”. Como se a referência fosse suplantada por um cerimonial, por uma composição, por um artifício coreográfico todo sensual.

No poema “Consternação do nervo”, por exemplo, Craveirinha bem afirma “E a consternação/desde nervo incendeia as cruas/mãos imperecíveis na desbotada ganga/da noite ultriz excitada/a mel e gritos/pão e água/e a ferro e fogo!”.

“De facto, poemas de temática social, político, económico, organizam-se inteiramente num protocolo, num cerimonial, numa espectacular expressividade das vozes e do olhar. Assiste-se então, a uma sobreposição irritada a rondar, o humor negro, desvio dos signos codificados, entre outros”, refere Herberto Helder.

Craveirinha monta formulares surpreendentes num jogo paradoxal em que o tecido verbal se faz rodear de uma mistura da fúria, lucidez, ironia, sarcasmo e pesadelos. É um poeta de mão cheias que nos brinda com inúmeras emoções, obra a obra, conclui Helder.

José Craveirinha nasceu na antiga Lourenço Marques, a 28 de Maio de 1922. No seu percurso de trabalho como jornalista nos periódicos O Brado Africano, Notícias, Tribuna, Notícias da Tarde, Voz de Moçambique, Notícias da Beira e Voz Africana.

Como escritor e poeta usou diversos pseudónimos entre os quais Mário Vieira, José Cravo, Cravo, Jesuíno Cravo e Abílio Cossa. Foi o primeiro presidente da AEMO, e em sua homenagem foi instituído o prémio Craveirinha pela HCB. Foi distinguido pelo maior prémio de Literatura em língua portuguesa, o Prémio Camões.

Winston Mankunku Ngozi



Winston Monwabisi “Mankunku” Ngozi (1943 - 13 de Outubro de 2009) foi um famoso saxofonista tenor sul-africano. Ele nasceu em Retreat, Western Cape, em 1943, o primeiro filho de uma família musical. Tocou piano aos sete anos de idade e, mais tarde, clarinete e trompete. Em meados da adolescência, aprendeu saxofone alto e tenor. Ele cita John Coltrane, saxofonista local “Cups & Saucers”, pianista Merton Barrow e também o baixista Midge Pike como principais influências.

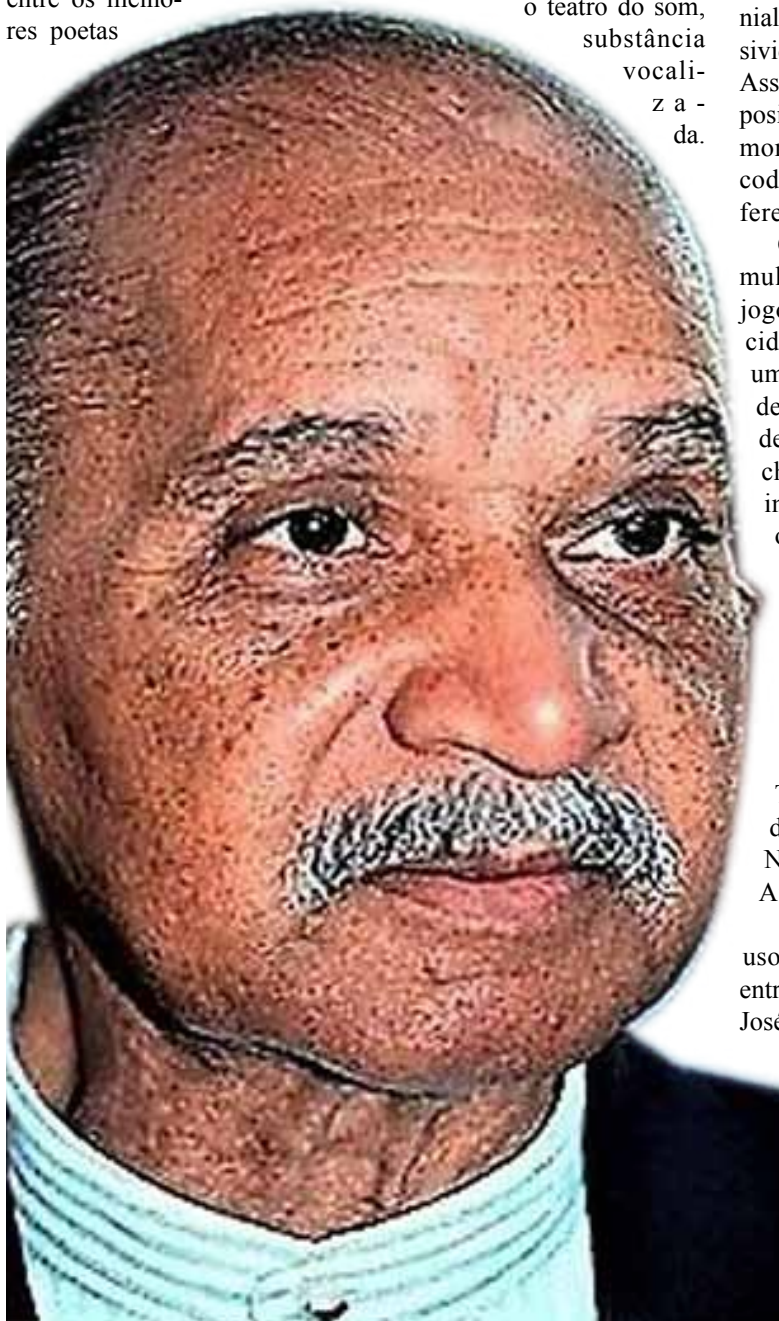
Carreira

Mankunku escolheu permanecer na sua cidade natal do Cabo durante o apartheid. Isso significava que ele foi submetido à Lei de Comodidades Separadas e a uma legislação semelhante sobre o apartheid. Um conto clássico conta sua performance com uma bigband toda branca na Prefeitura da Cidade do Cabo em 1964, onde, porque uma banda de raça mista era ilegal, ele foi forçado a tocar atrás de uma cortina para ficar fora da vista.

Em 1968, ele gravou o famoso sucesso de bilheteria “Yakhal ‘Inkomo”, com Early Mabuza, Agrippa Magwaza e Lionel Pillay. Ele ganhou o prémio Castle Lager “Músico de Jazz do Ano” em 1968. Outro colega foi Abdullah Ibrahim. Ele morreu em 13 de Outubro de 2009 após uma longa luta contra a doença.

Discografia

- *Yakhal ‘Inkomo* (1968, com Lionel Pillay, Agrippa Magwaza, Early Mabuza)
- *O Touro e o Leão* (1976, com Mike Makhalemele, Trevor Rabin, Ronnie Robot e Neil Cloud)
- *Winston Mankunku e Mike Perry Jika* (1987, com Richard Pickett, Mike Campbell, Bheki Mseleku, Russell Herman, Claude Deppa e Lucky Ranku)
- *Winston Mankunku e Mike Perry Dudula* (1996, com Spencer Mbadu, Richard Pickett, Errol Dyers, Charles Lazar, Buddy Wells, Marcus Wyatt, Graham Beyer, o quinteto de cordas de Merton Barrow)
- *Molo Africa* (1997-1998, com Feya Faku, Tete Mbambisa, Errol Dyers, Basil Moses, Lionel Beukes e Vusi Khumalo)
- *Abantwana be Afrika* (2003, com Andile Yenana, Herbie Tsoaeli, Prince Lengoasa e Lulu Gontsana)



Os Galtons: mestres do instante ininterrupto



Pela Antena da Rádio Moçambique [RM] sempre ouvi os Galtons. A voz adestrada de Abílio Mandlaze [vocalista falecido] servia-me de ponte para atravessar as ondas radiofónicas, do rádio, e chegar à música. A

marrabenta dos Galtons sempre me encantou pela forma que é reinventada e tocada com brio. “Khoma la”, “Ulava nitisunga”, “Juro sinceramente” e “Papaiane” eram execuções que faziam de mim hóspede deste grupo. Foi sempre uma marrabenta madura, talvez por-

que carrega(va) em suas letras e notas a soma do fardo das idades dos seus executantes. Diz-se que o seu nome foi inspirado na marca de uma guitarra; se assim for não há dúvidas para dizer que esse grupo é uma guitarra que se toca, a si mesma. Uma guitarrafeitaporcordashu-

manas de carnes.

Os Galtons são uma invenção de António Marcos em 1963. Ele inventou o grupo e o grupo inventou a sua marrabenta. Ximanganine é o velho que põe dentes de nostalgia, em cada música, com o seu bandolim; aquele bandolim não toca, raspa sentimentos para podermos tomá-los em forma de pó em cada música. A marrabenta com esse grupo vira uma verdadeira bola de futebol: éca-beaçadapelos dedos, rematada pela voz bem afiada, passa através de um drible único pelos ouvidos abertos e é pedalada, como uma bicicleta, para entrar esteticamente na baliza da perfeição e beleza.

A simplicidade na forma, a mestria na execução, a harmonia no encadeamento das vozes e a retaliação do social e a sua construção no conteúdo são algumas marcas vivas desse grupo. A reinvenção e a execução própria da marrabenta por esse grupo deixa transparecer, no fundo, uma lição: o conhecimento profundo possibilita a reinvenção e a renovação e tentar reinventar sem conhecer as origens leva a desvios e de-

formações.

“Khoma la” [segure aqui] e ao fazê-lo compreenderá que os Galtons, quando localizados no tempo, são duma marrabenta formalmente “castiça”. A sua originalidade no estilo é um caminho para chegar à êxtase extensa e confundível com um orgasmo interior. Os Galtons são epígonos dum estilo que só eles possuem.

A fluidez técnica dos instrumentos é um outro detalhe que nos permite transpor as fronteiras da marrabenta habitual. A sua maneira, os Galtons, fazem-se poetas.

“A kufayikudurumira” [Morrer é dormir] Descobriram cedo e por isso proporcionaram-nos e ainda proporcionaram-nos um ritmo que resistente à morte. A marrabenta dos Galtons tem vigas firmes de experiência, pilares que seguram o velho com a força do novo. Os que vivem do presente rotulam esses mestres de relíquias da Velha Guarda; eu que sobrevivo reinventando o passado chamo-os mestres do instante ininterrupto. *Sérgio Raimundo*

Xadrequê Mucavele

Cinco anos sem Ximbomana nem barrigana

Xadrequê Mucavele, era efensor da marrabenta, e o cantor popularizou-se com a música “Ximbomana” (cavalomarinho) pertenceu a famosa geração que na década oitenta colocou ao mais alto nível a música ligeira moçambicana.

Xadrequê entrou para a música nos anos 1970 ao gravar a canção “Sónia uta Rhandza”. Mas foi em 1972 que inicia o exercício do palco com o agrupamento “BlackXBoys”, na altura com actuações frequentes no “Ntsindza”, “Follore”, “Sheik”, “Zambi”, “Dragão” e “Gil Vicente”.

Ao longo da sua carreira, sempre pautou por um repertório ligado às questões sociais,

com enfoque para a família. Mas também cantou sobre a colonização, na vertente de opressão.

Gravou na “Produções 1001”, “INLD”, Rádio Moçambique e mais tarde na editora J&B Recording aqueles que seriam os seus maiores sucessos de uma carreira de pouco mais de 35 anos. Trata-se de “Pitory”, “Ximbomana”, “MyelaMwananga”, “Tatana Jossefa”, “Mamana Kiridina”, “Barigana”, só para citar alguns temas cantados com uma voz rouca e singular.

O músico, quer nos palcos como no estúdio, trabalhou com várias bandas, nomeadamente, o “Grupo RM”, “Nova Dimensão”, “OmbaMô” e “Central Line”. Estas duas últimas até aos últimos dias da sua vida, o acompanharam.





Não há Fuminho... sem poeira!



Há deputados que vivem em dependências...

Só que há ex-deputados no Indy Village





CICLISTAS



BARES

Governo tirou a máscara



Tudo “mbobobo” (à balda)

Graças ao Coronavirus



Maxaquene não perde há 5 meses

CORONAvários

- Os homens agora estão mal
- As mulheres não os querem em casa
- O Governo não os deixa trabalhar
- A polícia não os quer nos bares

Vamos lá ver

- Se eu sair de casa sou preso
- Se for a praia, sou preso
- Se abrir o meu estabelecimento, sou preso
- Se estiver preso, sou solto



A TÁTICA É A SEGUINTE:
NÃO DEIXAR O ADVERSÁRIO
TOCAR NA BOLA. DEVEM AMARRAR
TODOS OS SEUS
MOVIMENTOS!!!

PRONTO MISTER, ESTÁ FEITO COMO O
SENHOR MANDOU.

Renovação de assinaturas para 2020

ZAMBEZE

ONDE A NAÇÃO SE REENCONTRA

Av. 25 de Setembro, Nr. 1676 • Cell: 82 30 73 450 • esmelifania2002@gmail.com • Maputo

Renovação de assinaturas para 2020

Foragido da justiça há mais de 20 anos

SERNIC investiga possíveis ligações com narcotraficante brasileiro detido em Maputo

As autoridades policiais estão a investigar as conexões no país de Gilberto Aparecido dos Santos, conhecido como “Fuminho”, um dos principais líderes do Primeiro Comando da Capital (PCC), uma das maiores organizações criminosas do Brasil, detido na segunda-feira em Maputo, informou a polícia esta terça-feira.

Durante a operação, realizada com a participação de agentes do Brasil, de Moçambique e da agência anti-drogas dos Estados Unidos (DEA), os agentes encontraram dois passaportes nigerianos e um passaporte brasileiro falso, 100 gramas de cannabis, 15 telemóveis, cinco malas, um carro, 34.700 meticais e cinco mil rands da África do Sul em dinheiro, assim como três relógios, informou Leonardo Simbine, porta-voz do Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC).

“Ele não opera sozinho, faz parte de uma quadrilha”, disse Leonardo Simbine, antes de acrescentar: “Ainda estamos investigando para saber se ele tem conexões em Moçambique. Ele é um barão da droga, sobre ele já recaía um mandado de captura internacional”.

Ao ser questionado sobre uma possível extradição para o Brasil, o porta-voz do SERNIC considerou prematuro falar sobre o tema. “Posteriormente iremos nos pronunciar sobre isso”, concluiu.

“Ele cometeu alguns delitos

cá em Moçambique. Há procedimentos processuais que devem ser levados a cabo”, acrescentou o porta-voz da SERNIC.

Numa outra abordagem, Simbine disse que, pese embora tenha sido capturado em Mo-

“Fuminho” estava foragido há 21 anos e foi condenado por crimes de tráfico de drogas, contra o património de instituições financeiras e de grandes empresas de logística, assim como de financiar a fuga de líderes de organizações criminosas.



çambique, não se pode afirmar que Moçambique seja território fértil para o tráfico de drogas.

Considerado o maior fornecedor de cocaína ao Primeiro Comando da Capital (PCC) [maior facção criminosa do Brasil], e responsável pelo envio de toneladas de droga para diversos países, Fuminho é o primeiro integrante da lista dos criminosos mais procurados a ser capturado”, indicou o Ministério da Justiça do Brasil em comunicado.

“Fuminho” estava foragido há 21 anos e foi condenado por crimes de tráfico de drogas, con-

tra o património de instituições financeiras e de grandes empresas de logística, assim como de financiar a fuga de líderes de organizações criminosas.

O brasileiro é também suspeito de ser o financiador de um plano de resgate de Marcos Willians Camacho, conhecido como ‘Marcola’, o líder máximo do PCC, preso em Brasília.

A descoberta deste plano de resgate culminou com a decretação da operação da Garantia da Lei e da Ordem - autorização do uso das Forças Armadas por parte do Presidente da Re-

pública - no perímetro da Penitenciária Federal de Brasília, em Fevereiro último.

De acordo com a imprensa local, Fuminho fugiu da prisão em 1998, no mesmo dia que Marcola também escapou, e escondeu-se em países vizinhos, como Paraguai e Bolívia.

Fundado em 1993, durante uma rebelião numa prisão em São Paulo, o PCC concentra as suas actividades no tráfico de droga e de armas, especialmente nas regiões fronteiriças, e também actua no roubo de cargas, incluindo combustível.

ANUNCIE NO
ZAMBEZE

Departamento Comercial

Contactos: (+258) 82 307 3450

(+258) 824576070 | (+258) 84 269 8181

E-mail: zambeze.novomedia@hotmail.com

esmelifania2002@yahoo.com.br